



# Reforma sindical e trabalhista em debate

## INDICE

<b>EDITORIAL</b> .....	<b>2</b>
<b>MATÉRIA DE CAPA</b> .....	<b>4</b>
<i>“A reforma sindical pode servir de pretexto para uma reforma trabalhista flexibilizadora”</i> .....	4
Entrevista com Márcio Túlio Viana.....	4
<i>“Precisamos de leis que contemplem relações de trabalho cada vez mais heterogêneas”</i> .....	7
Entrevista com Márcio Pochmann .....	7
<i>“Democratizar as relações de trabalho e ampliar o sistema de proteção social”</i> .....	11
Entrevista com José Dari Krein.....	11
<i>“O debate sobre as reformas deve coincidir com um período de desenvolvimento econômico”</i> .....	16
Entrevista com Sidney Pascoutto .....	16
<b>DESTAQUES DA SEMANA</b> .....	<b>19</b>
ANÁLISE DE CONJUNTURA .....	19
Democracia senil trava o País .....	19
ARTIGOS DA SEMANA .....	21
<i>A democracia precisa da religião? Um debate entre Habermas e Ratzinger</i> .....	21
"Os secularizados não devem negar potencial de verdade a visões de mundo religiosas".....	22
Por Jürgen Habermas .....	22
"O homem desceu até o fundo do poço do poder, até a fonte de sua própria existência" .....	27

Por Joseph Ratzinger.....	27
ENTREVISTA DA SEMANA.....	33
<i>Sociólogo vê neogetulismo em presidente</i> .....	33
Entrevista com Ricardo Antunes.....	33
DEU NOS JORNAIS .....	35
FRASES DA SEMANA.....	40
<b>EVENTOS IHU .....</b>	<b>42</b>
IHU IDÉIAS .....	42
Teologia do Diálogo Inter-Religioso.....	42
QUARTA COM CULTURA UNISINOS .....	44
Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia .....	44
<i>David Ricardo, no assédio ao protecionismo</i> .....	45
Por Gilles Dostaler .....	45
<i>Malthus, um polemista nato</i> .....	49
Por Gilles Dostaler .....	49
III CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL.....	52
ENCONTROS DE ÉTICA.....	55
10ª ROMARIA DO TRABALHADOR EM CAXIAS DO SUL. TRABALHO, DIREITO DE TODOS....	55
CADERNOS IHU IDÉIAS .....	55
O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus Impactos.....	55
O NOVO SÍTIO DO IHU .....	56
<b>IHU REPÓRTER.....</b>	<b>57</b>
ROGÉRIO RICARDO STEFFENON .....	57
ERRATA:.....	60

## EDITORIAL

*1º de maio, dia internacional dos trabalhadores e das trabalhadoras, celebra a memória das históricas lutas da classe trabalhadora na busca de tornar o capitalismo industrial mais civilizado. Qual o sentido desta data neste ano de 2005, quando a sociedade industrial parece cada vez mais ficar para trás? Não é isso que explica a discussão acanhada da reforma sindical e trabalhista no Brasil? O que está em jogo nesta discussão? Não seria esta a grande bandeira a ser discutida nas manifestações do 1º de maio? Mas, ainda há manifestações ou o 1º de maio é apenas mais um feriado que, neste ano, cai num domingo?*

*A reforma sindical e trabalhista é o tema de capa do boletim **IHU On-Line** desta semana. Algo importante, que joga com a vida de milhões de brasileiros, hoje e nas próximas décadas, a reforma sindical e trabalhista precisa entrar na agenda da sociedade civil brasileira. Queremos contribuir nesta tarefa. Assim, entrevistamos Márcio Pochmann, professor na Unicamp, que é claro: a reforma sindical e trabalhista é capenga se não se inserir no quadro da discussão do projeto estratégico do Brasil que*

queremos para as próximas três décadas. Também contribuem os especialistas Dari Krein, assessor sindical por longos anos, e hoje, professor doutor na Unicamp, Márcio Túlio Viana, professor de Direito na UFMG e Sidney Pascoutto, presidente do Conselho Federal de Economia.

O tema de capa deste boletim pode ser lido, tendo presente o lançamento do novo **Cadernos IHU Idéias**, no. 34, sob o título **O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus Impactos**, de autoria do Prof. Dr. Marco Aurélio Santana, professor na UNIRIO. Mais: no início do ano publicamos a entrevista com André Gorz, **A crise e o êxodo da sociedade salarial**, no 31 dos **Cadernos IHU Idéias**. Entrevista comentada por Ricardo Antunes e Josué Pereira da Silva, professores na Unicamp, no **IHU On-Line** número 129, edição especial de janeiro de 2005. E nos **Cadernos IHU**, no. 5, 2004, publicamos o trabalho de André Langer, **Pelo êxodo da sociedade salarial**.

Aliás, a preocupação em acompanhar as mudanças no mundo do trabalho tem sido uma constante das diferentes publicações do IHU. Basta conferir o item publicações da nova página do IHU.

Domingo, dia 1º de maio estaremos participando ativamente da **10ª Romaria do Trabalhador e da Trabalhadora**, em Caxias do Sul, RS. Sob o tema Trabalho, Fonte de dignidade, Direito de todos, a Romaria, colocando na pauta dos movimentos sociais e pastorais a discussão da reforma sindical e trabalhista.

Ainda neste número, publicamos dois artigos sobre David Ricardo e Thomas Robert Malthus, cujas obras serão apresentadas e debatidas, nesta quarta-feira, na Livraria Cultura em Porto Alegre sob a coordenação do Prof. Dr. Gentil Corazza, professor na UFRGS. Não por acaso, Marx dá testemunho do maior respeito por Ricardo, este "economista burguês", cuja honestidade científica elogia.

Em janeiro de 2004, o cardeal Joseph Ratzinger e Jürgen Habermas se encontraram na Katholische Akademie in Bayern, em Munique. No encontro, se discutiu o tema "As bases pré-políticas e morais do Estado democrático".

O debate teve ampla repercussão na Europa. Por exemplo, a revista francesa **Esprit**, julho de 2004, reproduziu-o na íntegra. A revista italiana eletrônica **Reset**, no. 8, maio-junho de 2004, igualmente publicou um longo dossiê sobre o mesmo. Ontem, domingo, o jornal **Folha de S. Paulo**, 24-4-05, reproduziu trechos da polêmica. Trata-se de um debate de alto nível acadêmico que colocamos à disposição dos leitores e leitoras.

A todas e todos uma excelente semana e uma ótima leitura!

[\(Voltar ao índice\)](#)

## MATÉRIA DE CAPA

### “A REFORMA SINDICAL PODE SERVIR DE PRETEXTO PARA UMA REFORMA TRABALHISTA FLEXIBILIZADORA”

#### Entrevista com Márcio Túlio Viana

*Márcio Túlio Viana foi uma das vozes ouvidas pelo IHU On-Line na última semana, sobre a questão da reforma trabalhista e sindical. Viana é professor do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG). Graduado e doutor em Direito pela UFMG, tem sua tese intitulada Do direito de resistir. Obteve o título de pós-doutor pela Università Degli Studi Di Roma La Sapienza, da Itália, e pela Università Degli Studi Di Roma Tor Vergata, também da Itália. Escreveu e organizou diversas obras, entre as quais citamos **Direito de Resistência: Possibilidades de autodefesa do empregado em face do trabalhador**. São Paulo: LTr, 1996; **Cartilha do Trabalhador**. São Paulo: LTr, 2001; **Processo do Trabalho Atual**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004; **Direito do Trabalho: Evolução, crise, perspectivas**. São Paulo: LTr, 2004. A entrevista que segue foi concedida por e-mail.*

#### **IHU On-Line - Quais assinalaria como aspectos mais polêmicos no debate da reforma sindical e trabalhista?**

**Márcio Viana** - O aspecto mais polêmico, paradoxalmente, não está sendo objeto de polêmica – pois passa quase despercebido. É a possibilidade de que a reforma sindical sirva de pretexto para uma reforma trabalhista flexibilizadora, transformando o legislado em negociado. Mas há outros aspectos problemáticos da reforma sindical. Posso citar três exemplos, dentre vários outros: 1) a excessiva centralização de poder nas cúpulas; 2) a transformação das organizações nos locais de trabalho em comissões de conciliação prévia, legitimando renúncias dos trabalhadores, e em virtuais sindicatos de empresa, negociando diretamente com os patrões; 3) o fechamento dos sindicatos para a crescente diversidade da classe trabalhadora, que hoje inclui não só empregados, mas também estagiários, cooperativados, informais e autônomos (paradoxalmente) dependentes. A reforma sindical, porém, também contém aspectos muito positivos. Dentre eles, destacaria as ações coletivas e a prevenção e repressão aos atos anti-sindicais. Quanto à reforma trabalhista, ainda está em início de gestação. O seu maior risco, como disse, é o de se tornar um instrumento para aprofundar e legitimar a precarização dos direitos.

#### **IHU On-Line – O senhor considera que a reforma trabalhista está sendo aberta ao debate público ou está sendo levada dissimuladamente, sem muito debate?**

**Márcio Viana** - O debate sobre as duas reformas tem envolvido representações expressivas de trabalhadores e empregadores, mas deixa praticamente de fora os juizes, os procuradores e os advogados trabalhistas, além dos segmentos excluídos da cidadania. Tendo em vista a proximidade das eleições, o mais provável é que a reforma trabalhista seja empurrada para depois, exatamente em razão de seu provável perfil precarizante.

#### **IHU On-Line – O senhor acha que a atual legislação está muito amarrada à era Vargas? Deveria se libertar das marcas dessa era? Em que sentido?**

**Márcio Viana** - A legislação sindical ainda guarda alguns componentes daquele tempo, como o regime da unicidade (só pode haver um sindicato por categoria na mesma base territorial), a contribuição sindical obrigatória (o “imposto” sindical) e resquícios do poder normativo da

Justiça do Trabalho (agora muito reduzido pela Emenda Constitucional n. 45). Esses componentes impedem uma plena liberdade sindical. No entanto, em certa medida, também podem ter alguns aspectos positivos. Por isso, o ideal seria eliminá-los, mas não pura e simplesmente, e sim com a construção concomitante de outros instrumentos de suporte à ação sindical – a começar da proteção ao emprego. Quanto aos direitos individuais dos trabalhadores, previstos na CLT<sup>1</sup>, têm menos a ver com o regime implantado por Vargas do que com um certo tipo de empresa (fordista) que, pouco a pouco, está deixando de existir. Mas é possível adaptar a CLT à nova empresa (pós-fordista) que surge, embora haja limites a essa adaptação. O maior desses limites diz respeito não aos empregados, mas aos que trabalham fora do vínculo de emprego. Eles são cada vez mais numerosos e continuam desprotegidos. Muitos deles servem exatamente à nova empresa, naquela paradoxal condição de autônomos dependentes, a que me referi acima. Desse modo, o maior problema da CLT não é o excesso de proteção, como se diz por aí, mas a falta dela, na medida em que não abarca o universo crescente dos que já não têm, sequer, a situação formal de explorados, expressa pela condição de empregados.

***IHU On-Line - Qual é a sua opinião do negociado sobre o legislado?***

**Márcio Viana** - O negociado já prevalece sobre o legislado, quando se trata de aumentar as vantagens que a lei oferece ao trabalhador. Desse modo, quando se defende essa idéia, o que se quer é permitir que a convenção coletiva reduza os direitos previstos em lei. Em outras palavras, o plano é transformar normas imperativas em normas dispositivas. E a justificativa é a de que a força do grupo compensaria a fragilidade individual – especialmente depois que forem eliminados aqueles resíduos corporativistas. O problema é que o movimento coletivo, mesmo sendo coletivo, está cada vez mais fragilizado. E essa crise tem razões muito mais profundas do que o seu passado varguista. Dentre outros fatores, ela tem a ver com a globalização econômica, a nova tecnologia, o fim da ameaça soviética e, sobretudo, a reestruturação produtiva, que organiza a empresa em rede, fragmenta e diversifica a mão-de-obra e semeia o desemprego e o medo. Daí os limites da própria reforma sindical. Na verdade, ela parte de uma premissa falsa: a de que o sindicato está fraco, porque as normas que o regem nasceram num regime forte. Ora, a crise do sindicato é um fenômeno mundial.

***IHU On-Line - Alguns afirmam que a CLT tem uma inspiração fascista pela forte interferência do Estado na vida dos sindicatos e dos trabalhadores? O que o senhor acha?***

**Márcio Viana** - A interferência e a intervenção do Estado na vida sindical já não existem desde 1988, por força do art. 8º. da Constituição Federal. Quanto aos direitos individuais, criados pela CLT, foram e são uma intervenção necessária do Estado, para reduzir ou compensar um pouco a intervenção do mercado. Esta última intervenção, sim, é que é autocrática. A primeira é democrática, e parte da constatação de que “a verdadeira igualdade está em tratar desigualmente situações desiguais”. A propósito, também dizia Lacordaire<sup>2</sup> que “entre o fraco e o forte, entre o rico e o pobre, é a liberdade que escraviza, é a lei que liberta”.

***IHU On-Line - O novo projeto de reforma trabalhista deve estar relacionado a um projeto de desenvolvimento nacional, ou em época de globalização essas questões caminham por trilhos diferentes?***

<sup>1</sup> Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943 (Nota do *IHU On-Line*).

<sup>2</sup> Henri Lacordaire (1802-1861), padre francês (Nota do *IHU On-Line*).

**Márcio Viana** - Sim, é preciso não só que haja esse projeto nacional de desenvolvimento, centrado no homem, como também que, em nível mundial, os países se articulem para impedir o *dumping* social<sup>3</sup>. Uma idéia sempre presente é a de inserir as chamadas cláusulas sociais nos tratados comerciais. Outra idéia, que já vem sendo praticada, é a de sensibilizar o consumidor para que este boicote os produtos fabricados sem atenção aos direitos básicos dos trabalhadores e ao meio ambiente.

**IHU On-Line** - Como o senhor vê a idéia de redução da jornada de trabalho? É possível? Ajudaria a reconceitualizar o trabalho e abrir mais as suas portas?

**Márcio Viana** - Sim, a redução da jornada é muito interessante, especialmente para abrir novos postos de trabalho. Para dar certo, entretanto, ela terá de se articular com políticas públicas. O Direito, sozinho, não faz mágicas. É preciso dar condições para que a pequena empresa resista a esse novo impacto de aumento de custos. O ideal seria que essa ação também se articulasse com a de outros países, para manter a competitividade do produto nacional.

**IHU On-Line** - Pensou-se que o salário variável, a jornada flexível e a contratação precária, gerariam mais empregos e não geraram. Quais as conseqüências que esses elementos provocaram nas últimas décadas e como reverter a situação?

**Márcio Viana** - As conseqüências são múltiplas. Um exemplo: com menos poder de compra, o trabalhador não tem como realimentar o ciclo produtivo, o que acaba gerando um círculo vicioso. Outro exemplo: com o salário variável, a empresa joga o risco sobre os ombros do trabalhador, introjetando o próprio poder diretivo e provocando, por tabela, moléstias do trabalho, estresse e envelhecimento precoce. Se o salário sempre foi a moeda de troca da subordinação, agora passa a servir para acentuá-la. E nada disso, realmente, gera novos empregos, pois o que se quer é reduzir os custos sempre mais. Uma empresa que precariza as condições de trabalho é logo imitada pelas concorrentes, o que a leva a precarizar ainda mais, sucessivamente. A reversão dessa situação passa por muitos caminhos ao mesmo tempo. Um deles é o sindicato, que terá de nascer de novo, abrindo-se para a sociedade e articulando as suas lutas com as dos outros movimentos sociais.

**IHU On-Line** - Gostaria de fazer mais algum comentário que julgue importante acrescentar?

**Márcio Viana** - É importante ser pessimista no diagnóstico, mas otimista no prognóstico. Para ser otimista no prognóstico, porém, é preciso que cada um de nós, em seu pequeno mundo, trave a sua pequena luta. Em alguma medida, maior ou menor, o novo mundo do trabalho e o novo direito que se está construindo serão o resultado de nossas ações ou omissões.

[\(Voltar ao índice\)](#)

---

<sup>3</sup> Prática comercial ilegal. Consiste na venda de um produto ou serviço por um preço irreal para eliminar a concorrência (Nota do *IHU On-Line*).

## “PRECISAMOS DE LEIS QUE CONTEMPLAM RELAÇÕES DE TRABALHO CADA VEZ MAIS HETEROGÊNEAS”

### Entrevista com Márcio Pochmann

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp. É Doutor em Economia pela mesma instituição, com a tese “Políticas do Trabalho e de Garantia de Renda no Capitalismo em Mudança”. Publicou os livros **Políticas do Trabalho e de Garantia de Renda – O capitalismo em mudança**. São Paulo: Editora São Paulo, 1995; **Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Editora Contexto, 1999; **e-trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2002; **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2002. Juntamente com Borges, A., publicou **A regressão do trabalho**. São Paulo: CES, 2002. Dele **IHU On-Line** publicou a entrevista intitulada “Nunca esteve tão longe a distância entre o País que podemos ser e o País que somos”, na 98ª edição, de 26 de abril de 2004. Também publicamos o artigo “A reforma trabalhista e sindical do mercado”, na 134ª edição, de 28 de março de 2004. Foi entrevistado por telefone.

#### **IHU On-Line – A reforma sindical e trabalhista é algo imperioso para a nossa realidade?**

**Márcio Pochmann** – O que há, de concreto, é um projeto de lei por parte do Governo Lula, indicando, apenas e tão-somente, a temática do âmbito sindical. Não há nada sobre a questão trabalhista de maneira geral, embora o Lula, ainda como candidato, tenha estabelecido como meta do seu governo uma reforma sindical e trabalhista, que seria originária de uma ampla discussão, por intermédio do Fórum Nacional do Trabalho. Ocorre que, nesses dois anos do seu governo, ele conseguiu apresentar um projeto de lei tão-somente na questão sindical, porque optou por dividir a reforma em duas partes: uma primeira seria a reforma sindical, e a outra, uma reforma trabalhista. Tenho dúvidas se esse projeto deverá ser objeto de votação, em função, inclusive, da situação de fragmentação da base do governo. Do ponto de vista operacional, não há um projeto de reforma sindical e trabalhista, embora essa questão, desde a transição do regime autoritário para o democrático, tenha sido, constantemente, objeto de discussão e polêmica. Eu, particularmente, parto do pressuposto de que já houve uma reforma sindical e trabalhista “branca”, digamos assim: uma reforma que foi feita via mercado. Por conta disso, a proposição da reforma sindical e trabalhista terminou sendo um desafio, se de fato seria uma reforma do ponto de vista formal, à consolidação daquilo que hoje já é uma prática verificada no mercado de trabalho, inclusive pela forma com que operam as representações de interesses sindicais no Brasil, sejam patronais ou trabalhadores, ou se, de fato, seria uma reforma que apontasse para um sentido diferente daquilo que já está em curso no Brasil. Se verificarmos hoje como são as relações de trabalho, elas pouco podem ser comparadas com o que eram as relações de trabalho no início dos anos 1980, por exemplo.

#### **IHU On-Line – Considerando a ocorrência dessa reforma “de mercado” quais seriam as mudanças que se colocariam como desejáveis?**

**Márcio Pochmann** – Precisariamos trabalhar com uma reforma inclusiva, porque as proposições que estão em amplo debate, representam uma tentativa que vai em dois sentidos. De um lado, do ponto de vista mais do sindicato dos trabalhadores, pelo menos daqueles que defendem a reforma, porque existem os que são contra qualquer mudança, há a tentativa de uma volta ao passado, de reforçar as relações de trabalho assalariadas, já que essas são as bases do chamado novo sindicalismo, que é uma experiência do século XX, ou seja, temos representações de trabalhadores que são empregados, subordinados, por empresas. De outro lado, temos uma visão mais conservadora ou liberal-conservadora, que aponta para um

ambiente de desregulamentação do mercado de trabalho, com a tentativa de flexibilização da CLT para baixo, uma vez que a CLT é uma espécie de linha de proteção à exploração do trabalho. Ela estabelece um limite mínimo no que diz respeito a direitos trabalhistas, mas possibilita que sejam flexibilizados direitos para cima. Especificamente, quero dizer o seguinte: a legislação trabalhista define 44 horas semanais, mas não impede que haja jornada inferior a isso, desde que atenda ao âmbito dos demais direitos, como salário, etc. O que a CLT impede é uma flexibilização para baixo, isto é, direitos trabalhistas inferiores aos por ela estabelecidos. Isso significa dizer que, se essa visão fosse estabelecida, e houve tentativas nesse sentido, inclusive durante o governo Fernando Henrique, com o objetivo de flexibilizar a CLT, possibilitaria que os direitos trabalhistas fossem suprimidos via negociação coletiva, fazendo quase que letra morta à própria CLT. Essas são as duas visões. A minha preocupação fundamental é em relação a um projeto de país, porque a questão do trabalho, seja na representação dos interesses dos atores sociais, seja na regulação do mercado de trabalho, está diretamente relacionada a um projeto de País.

#### **A CLT foi portadora de uma visão estratégica de futuro**

A própria CLT, quando foi constituída, em 1943, fruto de várias medidas legais que ocorreram anteriormente, é um código de trabalho para as relações de trabalho assalariadas. O que havia nos anos 1930 e 1940 é que, a cada dez ocupados no Brasil, menos de dois eram assalariados. Então a CLT foi feita para um segmento ínfimo naquele momento. Mas como o Brasil tinha um projeto de desenvolvimento, que era a urbanização, a industrialização, o avanço do emprego assalariado, a constituição de uma sociedade salarial, a CLT se consolidou, ao longo do tempo, porque continha uma visão estratégica de futuro. As novas formas de trabalho, a ocupação, passaram necessariamente pelo emprego assalariado, cuja base da regulação era a CLT. Então, ela foi portadora de uma visão de futuro.

#### **Qual é o projeto de país para os próximos 30 anos?**

O que nos falta nesse momento, e eu já fiz esse questionamento a vários ministros, é saber qual é o projeto de país para as próximas três ou quatro décadas. Quando estamos tratando de alterar o marco regulatório do mercado de trabalho, precisamos olhar não para o ano e nem tendo em vista o que ocorreu nos últimos 15 anos. Precisamos olhar o Brasil dos próximos 30 anos. Que Brasil nós queremos? Que tipo de ocupação vai ser fortalecida? É assalariada, autônoma, são novas formas de ocupação? Portanto, a legislação precisaria prever isso, para ela ser portadora do futuro. Do contrário, nós corremos o sério risco de fazer reformas pontuais, modificações constantes, todos os anos, porque a regulação do mercado de trabalho não está tendo essa contribuição estratégica. Guardada a devida proporção, é o que ocorre na questão previdenciária. Todos os anos há reformas no Brasil, em geral para reduzir direitos, porque não foi constituído um projeto de país, no qual estaria a questão previdenciária. Em síntese, estamos longe de uma reforma sindical e trabalhista inclusiva que seja, em primeiro lugar, portadora do futuro e, em segundo lugar, capaz de dar condições de regulação do trabalho e de representação de interesses para uma série de atores e trabalhadores que estão de fora da CLT atualmente. Se analisarmos hoje, há uma expansão nas atividades não-assalariadas, como, por exemplo, a agricultura familiar, que não estão submetidas à CLT. Temos um avanço considerável de trabalhos cooperativados, de trabalhos autônomos, *freelancer*, etc. que estão completamente à margem da CLT. Nesse sentido, é fundamental uma reforma sindical e trabalhista que inclua o conjunto dos trabalhadores, não somente dos assalariados.



**IHU On-Line – Temos como definir o que seria uma legislação moderna, cont emplando as mudanças no mundo do trabalho?**

**Márcio Pochmann** – Talvez se essa mesma pergunta fosse feita nos anos 1940 para os operadores do Direito e aqueles que estavam preocupados com a questão trabalhista, questionando qual seria o futuro do Brasil nos próximos 40 anos, não teria uma resposta clara. O futuro é uma invenção que o homem vai construindo, passo a passo, em uma longa caminhada. O projeto de país, não se sabe, evidentemente, como será daqui a 30 anos, mas se houver uma clareza de que precisamos ter um país mais justo, democrático e com relações de trabalho civilizadas, elas passam, em primeiro lugar, por serem reguladas pelo poder público e não pelo mercado. Em segundo lugar, passam por representações consistentes, inclusive porque a representação de instituições que representam interesses, constitui a base da democracia em um país, especialmente no Brasil, onde não temos tradição democrática. Que medidas fortaleceriam as instituições sindicais patronais e trabalhadoras? Quando olhamos o ambiente de trabalho, um a cada dois trabalhadores não está representado em organismos sindicais, não faz parte das relações de trabalho-emprego assalariado. O mundo caminha quase que inexoravelmente para relações de trabalho cada vez mais heterogêneas. O que foi objeto da construção do século XX, a sociedade salarial, tem dificuldade de se reproduzir justamente pelas enormes transformações no modo de produção capitalista: o surgimento de ocupações que se vinculam muito mais à concepção do que à execução, a sociedade do conhecimento, da informação, e assim por diante. Em última análise, uma sociedade de serviços, e não mais uma sociedade industrial.

**A necessidade de um marco regulatório**

Nesse sentido, trabalho com a hipótese de termos um marco regulatório do mercado de trabalho que dê conta de situações muito heterogêneas. Quando olhamos o Brasil, percebemos que o trabalhador autônomo e o vendedor ambulante das grandes cidades representam uma situação que não vai desaparecer e possivelmente tende a se consolidar. Esse é um trabalhador que está submetido a uma exploração enorme. Ele trabalha longas jornadas, tem uma incerteza de ganhos, não tem proteção social. Que estatuto do trabalhador autônomo precisaria ser reconhecido para que essas formas de trabalho pudessem participar da regulação pública do trabalho? A mesma coisa é a agricultura familiar. Não vai acabar, vai durar por muito tempo e ainda absorvendo uma quantidade expressiva de trabalhadores, de famílias, no Brasil. Que medidas podem dar conta da proteção e regulação desse conjunto? E o mesmo ocorre com trabalhadores cooperativados e outras formas de trabalho. É fundamental constituir uma reforma sindical e trabalhista que inclua as diferentes formas de manifestação do trabalho, guardando suas especificidades. Do contrário, é impossível acreditar que apenas um marco regulatório, via assalariamento, seja capaz de dar sustentação para situações de trabalho cada vez mais heterogêneas.

**IHU On-Line – Isso implicaria a quebra da unicidade sindical?**

**Márcio Pochmann** – No meu modo de ver, não há unidade sindical no Brasil. O que existe é uma unidade por categoria profissional. Mas isso não representa a unicidade dos sindicatos, porque temos vários exemplos de pluralidade sindical no Brasil, quando olhamos a unidade produtiva, empresa, ou ramo de produção. A Unisinos, por exemplo, tem vários sindicatos de trabalhadores, possivelmente: o sindicato dos professores, dos funcionários, das secretárias, dos economistas, dos engenheiros, etc. Não há o sindicato único da Universidade, seja privada, seja comunitária, seja pública. Há um equívoco, quando se diz que estaríamos transitando da unicidade para a pluralidade sindical. A pluralidade já é praticada no Brasil, porque a forma de

concessão da unidade é uma unicidade em que concede um monopólio de representação ao sindicato por categoria profissional. Só que a base da organização laboral e produtiva é por ramo de produção. Nos ramos de produção, no setor de produção, não temos unicidade, temos pluralidade.

***IHU On-Line – O senhor está convencido de que as reformas não progredirão nesse governo?***

**Márcio Pochmann** – Não que eu esteja convencido. Estou apenas trabalhando com os elementos que têm sido apresentados. O governo federal tem uma enorme dificuldade de tocar reformas que foram concebidas no início da gestão, como foi o caso da reforma previdenciária e da reforma tributária. Estamos no terceiro ano de governo e essas reformas não foram consolidadas, assim como há medidas que seriam, para o governo Lula, no seu entendimento, mais estratégicas do que a reforma sindical e trabalhista. Como é um tema muito polêmico, que causa enormes divisões sociais, temo que essa medida, esse projeto de lei possa ficar para o segundo mandato, caso ele venha a ocorrer. Acho difícil que ele seja aprovado, mas não é impossível.

***IHU On-Line – O senhor acha que o chamado mundo do trabalho está preparado para fornecer subsídios e inflexões que construam novas relações?***

**Márcio Pochmann** – Inegavelmente. Qualquer transição de um modelo para outro, observando a realidade internacional, são experiências que se dão pelo menos em algumas condicionalidades que não sei se estão claras no Brasil. Olhando a experiência de reformas sindicais e trabalhistas do século XX, vemos mudanças importantes na Alemanha, na Itália e na França, após o fascismo. Foram medidas tomadas imediatamente depois do segundo pós-guerra, assim como nos anos 1950, a reforma sindical e trabalhista no Japão, e mesmo, mais recentemente, nos anos 1970, início de 1980, a transição para o regime democrático em Portugal e na Espanha, quando ocorreram reformas amplas, importantes. Nos anos 1980 e 1990, foram realizadas algumas reformas pontuais, muito mais estimuladas pelas agências multilaterais internacionais que defendem a flexibilização do mercado de trabalho. Medidas pontuais têm sido tomadas e no Brasil, inclusive, isso ocorreu.

**No Brasil não há um projeto pronto com a visão de início, meio e fim**

É claro que a mudança mais ampla tem dificuldade de se estabelecer justamente porque, em primeiro lugar, os atores apoiariam medidas nesse sentido quando soubessem que estaria claro um projeto amplo, que daria uma visão com começo, meio e fim. É difícil acreditar que alguém assine um cheque em branco sem saber o valor, para que serve, e assim por diante. Percebo que, no Brasil, não há um projeto pronto com a visão de início, meio e fim. O fato de ter sido realizado o Fórum e ter saído do zero, gerou uma dificuldade de constituir um consenso. Seria muito mais importante que o governo federal tivesse oferecido já um projeto pronto, do ponto de vista de uma visão do todo, para que pudesse ser considerado, avaliado, modificado no interior do Fórum, para que daí se fosse consolidando essa convergência. Não há um projeto que dê a visão do todo. Certamente, os atores ficam receosos em apoiar algo de que não sabem os resultados finais. Em segundo lugar, o ambiente econômico sempre foi fundamental para uma mudança ampla no sistema de relações de trabalho, porque, quando não está consagrado o crescimento econômico contínuo e elevado, cria a imagem de que uma reforma pode gerar uma equação de soma negativa. Os trabalhadores ou os empresários podem vir a perder com a reforma, porque não está garantido o crescimento econômico. Deve ser uma equação de soma positiva, em que todos ganhem. Talvez uns ganhem mais do que outros, mas não pode haver

perdedores. Havendo perdedores, criam-se resistências e enormes dificuldades para avançar na aprovação de uma reforma desse tipo. Esses dois obstáculos são muito fortes ainda no Brasil, porque não há uma visão do todo, uma reforma que seja portadora do futuro e, em segundo lugar, como não há um contexto macroeconômico favorável, que viabilize lucros e aumentos salariais consistentes com ampliação do emprego, cria-se essa resistência maior entre os atores.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## “DEMOCRATIZAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO E AMPLIAR O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL”

### Entrevista com José Dari Krein

*José Dari Krein é professor no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É doutor em Economia pela mesma instituição, onde também obteve o título de mestre em Economia Social e Trabalho, com a dissertação “O Aprofundamento da Flexibilização do Trabalho no Brasil nos anos 90”. Graduou-se em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Foi um dos fundadores do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), de Curitiba. Desenvolve pesquisas nas áreas das relações de trabalho e evolução do mercado de trabalho, temas sobre os quais publicou vários artigos. É co-autor de vários verbetes do **Dicionário de Ética Econômica**. São Leopoldo: Unisinos, 1997. Foi entrevistado por e-mail.*

#### **IHU On-Line – Como o senhor avalia os movimentos em direção à reforma sindical?**

**José Dari Krein** - O debate da reforma sindical e trabalhista está na agenda da sociedade brasileira pelo menos desde o final dos anos 1970, com a emergência de um novo sindicalismo. Na década de 1980, a tônica do debate era dada pelo novo sindicalismo ou pelas forças progressistas e ela caminhou no sentido de democratizar as relações no trabalho e ampliar o sistema de proteção social. O resultado desse debate está impresso na Constituição de 1988 e também na ampliação do grau de regulação via convenções coletivas de trabalho. Na década de 1990, ocorre uma inflexão deste debate. Após 1994, prevalece a proposição de uma desregulamentação do direito trabalhista e de flexibilização das relações no trabalho. Nessa década, foram tomadas inúmeras medidas, alterando elementos centrais das relações de emprego, como a questão da remuneração do trabalho, pela introdução da remuneração maleável, com a introdução do programa de participação nos lucros. Também tivemos alterações nos critérios de reajustes salariais, o fim da política salarial e, ao mesmo tempo, a proibição de os sindicatos, nas convenções coletivas, incluírem cláusulas que garantissem mecanismos de reajustes automáticos dos salários. O resultado disso foi que, a partir de 1997, grande parte das categorias teve perda na remuneração do trabalho.

#### **IHU On-Line – Quais foram as outras conseqüências dessas medidas?**

**José Dari Krein** - Essas medidas flexibilizaram todo o processo de contratação e despedida dos trabalhadores. Referem-se a contratos com prazos determinados, cooperativas de trabalho, contrato parcial, suspensão do contrato, denúncia da convenção que introduz mecanismos contra a dispensa motivada. No caso, a empresa não tem que justificar as demissões, para o que várias medidas foram tomadas, precarizando o mercado de trabalho e não gerando novos postos. Além disso, também cresceu muito o trabalho de estagiário, e o contrato de pessoa jurídica, especialmente para as remunerações mais altas no interior das empresas. Então tivemos um segundo conjunto de intensas mudanças trabalhistas na área da contratação e despedidas dos trabalhadores. Depois tivemos um terceiro conjunto de medidas em relação ao tempo de trabalho. Especialmente duas se destacam: o banco de horas, com cuja adoção a

compensação da jornada não se dá mais semanalmente, mas anualmente; além disso, tivemos a permissão dos trabalhos aos domingos no comércio varejista, em geral. Por último, tivemos um conjunto de medidas vinculadas a formas de soluções nos conflitos no trabalho, especialmente com a introdução das chamadas comissões de conciliação prévia. Agora os atores sociais podem resolver passivos trabalhistas passados de forma direta. São adotadas soluções extrajudiciais privadas para as soluções dos conflitos.

***IHU On-Line – E o ponto relativo à prevalência do negociado sobre o legislado, como está sendo tratado?***

**José Dari Krein** – Ocorreram pouquíssimas alterações no campo sindical do direito coletivo. Mas a reforma no campo trabalhista não se tornou completa, porque não foi aprovada no final do governo do Fernando Henrique uma proposição da prevalência do negociado sobre o legislado. Ela chegou a ser apreciada na Câmara de Deputados. Ela foi aprovada depois de um impasse, mas prosseguiu no Senado. Depois, com a posse do Lula, esta medida foi retirada, sob a justificativa de que este tema seria objeto de depreciação no Fórum do Trabalho. Podemos ver que, na década de 1990, efetivamente, aconteceu uma reforma trabalhista, que estaria completa, se tivesse sido aprovada a prevalência do negociado sobre o legislado. A questão central em disputa é se avançamos na perspectiva de ter um modelo de relações de trabalho em que o negociado prevalece sobre o legislado ou se teremos um modelo de relações de trabalho que fortaleça o poder sindical capaz de poder intervir no mercado de trabalho para diminuir as desigualdades de rendimento e possa ser um elemento importante na luta por uma distribuição de renda mais justa. Na minha opinião, esses são os dois projetos que estão em disputa na reforma sindical trabalhista.

***IHU On-Line – Como o sistema sindical pode ser fortalecido? Mantê-lo como está?***

**José Dari Krein** – Não. Eu acho que o nosso sistema de organização sindical é extremamente polarizado, nós temos, no País, hoje 18 mil sindicatos. Grande parte deles não cumprem nenhuma função social relevante para o conjunto da sociedade brasileira, para a classe trabalhadora, porque a natureza do sindicato, a sua força, está exatamente na capacidade de mobilização e união de um contingente significativo de trabalhadores. Isso possibilita ao sindicato ter força para poder defender os interesses e ampliar as reivindicações e a luta dos trabalhadores. Hoje, todo o poder na organização sindical brasileira está centrado nos sindicatos. É importante que haja estruturas mais amplas, com mais poder e capacidade de organização do conjunto dos trabalhadores, assim como é importante ampliar um processo de contratação coletiva, como é importante ampliar o conceito e a noção da greve, na sociedade brasileira, como também é importante ampliar a possibilidade de os sindicatos se organizarem no interior das empresas, o que também é proibido. Há coisas que são fundamentais e deveriam avançar para se ter um sistema mais democrático em relação ao trabalho, porque, na sociedade capitalista, a relação capital-trabalho é marcada pela assimetria. Com base nesse entendimento básico, se construiu no decorrer da história, especialmente a partir do século XIX, um conjunto de direitos no sentido de assegurar uma condição mais favorável nas relações de trabalho. O elo mais frágil desta condição é o trabalhador, logo, a democracia pressupõe que os trabalhadores tenham algumas garantias, como a de se organizarem coletivamente e de se protegerem contra o despotismo do empregador. Nesse sentido, no Brasil, ainda há espaço para avançarmos no conjunto de regulamentações que dêem maior poder para uma organização sindical e garanta um mercado de trabalho mais civilizado.

***IHU On-Line – As entidades dos trabalhadores têm uma proposta única?***

**José Dari Krein** – A situação está complicada. O primeiro debate diz respeito ao encaminhamento de uma reforma sindical, uma reforma trabalhista prioritariamente, e ocorreu no Fórum Nacional do Trabalho, que aglutina representações dos empregadores, dos trabalhadores e do governo. Foi pautado pelas entidades trabalhadoras que participavam do Fórum, a prioridade era encaminhar a reforma sindical para depois pensar na reforma trabalhista, exatamente porque se queriam garantir mecanismos de fortalecimento da organização sindical e do processo de negociação coletiva. Quando se fala em reforma sindical, se fala dos aspectos vinculados à organização fiscal do direito coletivo, da forma como o sindicato possa estruturar-se para o processo de negociação coletiva, o direito de greve, a forma de solução dos conflitos coletivos do trabalho. Então a opção foi a de dar prioridade à reforma sindical e o Fórum Nacional do Trabalho avançou na perspectiva da elaboração de uma proposta de emenda constitucional e de um projeto de lei para alterar a organização sindical brasileira e a negociação coletiva, as formas de solucionar os conflitos. Esta proposta está marcada também por profundas divergências existentes não só entre as entidades envolvidas diretamente como também na sociedade. Em primeiro lugar, há o interesse de uma parte significativa das pessoas que estão na estrutura sindical oficial de não querer fazer nenhuma alteração. Em segundo lugar, essa parte que não quer mudar nada, envolve tanto os sindicatos dos trabalhadores como os de empregadores. Alguns desse campo têm atuado de forma articulada para inviabilizar uma reforma sindical.

***IHU On-Line - Mas o que une estes dois pólos, que interesses são esses?***

**José Dari Krein** - A manutenção da estrutura oficial, atual. As manifestações mais presentes dos empresários, apesar de terem subscrito aquela proposta enviada ao Congresso Nacional, são contra a reforma, por duas razões básicas. Em primeiro lugar, porque elas vão afetar a sua estrutura de representação e as fontes de sustentação das suas entidades de classe, as confederações empresariais. Eles também têm medo de perder o controle sobre as suas entidades e de perder a fonte de sustentação das mesmas. Desejam manter a estrutura de poder já existente, nas entidades já existentes. Em segundo lugar, a oposição empresarial se dá por duas outras razões. Os empresários dizem que não é prioritário fazer uma reforma na estrutura de organização das corporações para o setor empresarial sem uma reforma trabalhista. Para eles, a reforma sindical só tem sentido, se vier de forma concomitante com a reforma trabalhista. Isso lhes interessa, porque eles querem, via reforma trabalhista, reduzir os custos do trabalho, e aumentar o poder de determinar as condições de uso e remuneração do trabalho no interior das empresas. Este é um aspecto. Outro aspecto é que, na avaliação dos empresários, essa reforma, apesar de contemplar uma série de interesses deles, em alguns aspectos eles acham que fortalece o poder dos sindicatos. Na expressão mais clara do Gerdau<sup>4</sup>, ele diz o seguinte: “Não nos interessa fortalecer o poder sindical, se a gente não tem nada em troca do ponto de vista da reforma trabalhista.”

***IHU On-Line – Quais são as questões que preocupam mais os empresários?***

**José Dari Krein** - Eles não admitem, e isso consta no projeto, que haja a possibilidade de organização sindical dos trabalhadores no local de trabalho. Não admitem, como também está no projeto, que as entidades dos trabalhadores possam representar, junto à Justiça do Trabalho, demandas trabalhistas em nome dos seus representados. Eles acham que isso

---

<sup>4</sup> Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Grupo Gerdau, que controla siderúrgicas em vários países (Nota do *IHU On-Line*).

aumenta o poder do sindicato. Em terceiro lugar, eles são contra o que é classificado como atitudes anti-sindicais, o uso da coerção econômica para impedir a organização sindical, para tentar impedir greves. Em quarto lugar, eles são contra a questão do aumento do número de dirigentes sindicais com estabilidade no emprego. Na avaliação deles, estes aspectos negativos se sobrepõem aos aspectos positivos na reorganização no modelo de organizações sindicais brasileiras.

***IHU On-Line – E quais são as divergências pelo lado dos trabalhadores?***

**José Dari Krein** – Elas também são muito profundas. Por um lado, parte deles não quer alteração nenhuma no sistema vigente, não quer acabar com a unicidade sindical, não quer acabar com imposto sindical, não quer acabar com o sistema confederativo existente. A segunda questão, causadora de muitas divergências, é que no modelo sindical proposto as centrais sindicais têm uma centralidade maior. Hoje toda centralidade está no sindicato de base e as centrais sindicais vão ser fortalecidas nesse novo modelo sindical. Inclusive poderão estabelecer negociações coletivas, terão um poder maior de encaminhar as lutas dos trabalhadores. O financiamento delas vem diretamente para as centrais sindicais, não dependendo mais do repasse dos sindicatos de base, o que fortalecerá as centrais. Um terceiro ponto polêmico refere-se ao fato de que o projeto, na avaliação de alguns, ao não assegurar a norma mais favorável de forma explícita, pode abrir espaço para uma flexibilização do Direito.

***IHU On-Line – A flexibilização é temida por uma parte dos trabalhadores?***

**José Dari Krein** - Parte do movimento dos trabalhadores acredita que esse projeto prepara o caminho para o processo de flexibilização do Direito, essa é outra divergência existente. Há uma série de outras divergências mais pontuais, como, em relação à negociação coletiva, a possibilidade de entidades nacionais estabelecerem cláusulas que não possam ser alteradas nas instâncias inferiores de negociação, a possibilidade de substituição de grevista, a questão do fim do poder normativo da justiça do trabalho, a possibilidade de julgar os conflitos trabalhistas existentes em uma determinada categoria com base em hábitos privados ou públicos, se for objeto de vontade comum entre as partes. Há uma série de medidas sobre a questão de organização local de trabalho, como a sua finalidade, por exemplo. Abre-se espaço para a solução de conflitos no interior da empresa, o que aumenta o poder de pressão nela. Há vários outros pontos que preocupam.

***IHU On-Line – Considerando esse cenário complexo e contraditório, este é o momento adequado para encaminhar as reformas?***

**José Dari Krein** – Em primeiro lugar, na questão da reforma sindical, temos dois grandes blocos. Um bloco que não a deseja, argumentando que não é o momento, ou porque é contra a lógica da reforma, ou porque quer manter a estrutura como está. Outro bloco faz críticas pontuais ao projeto de lei encaminhado, mas avalia que é melhor realizar a reforma do que deixar tudo como está, que é necessário dar uma mexida no sindicalismo, que precisa adquirir maior representatividade. Mas isso se refere à reforma sindical. As entidades dos trabalhadores não têm, em absoluto, interesse no encaminhamento das reformas trabalhistas do cenário atual. A maioria das entidades trabalhadoras continua sustentando que permanece em vigor o patamar do Direito constante na legislação trabalhista brasileira e na Constituição Federal. Por outro lado, com a possibilidade de avanço na conquista de novos direitos, por parte dos trabalhadores, o setor empresarial não quer fazer a reforma sindical, quer só a trabalhista. Então, a conveniência ou não de fazer as reformas depende da opinião de cada um dos atores, da perspectiva de interesses defendidos.

***IHU On-Line* - Há um discurso que considera o contexto atual inadequado para as reformas, porque os trabalhadores estão fragilizados, e reclama prioridade para o debate de um projeto econômico. Qual é a sua opinião sobre isso?**

**José Dari Krein** - Sem dúvida nenhuma, a reforma sindical faria mais sentido se estivesse incluída em uma situação mais ampla de encaminhamento das questões centrais existentes na sociedade brasileira. A realidade sindical depende do contexto econômico, político que vai se encaminhar para o País, e não simplesmente da mudança da norma legal do ponto de vista da organização sindical. A crise do sindicalismo não está vinculada, pura e simplesmente, aos problemas de ordem legal existentes, ela é mais profunda, está vinculada à dinâmica do mercado do trabalho, às transformações que estão ocorrendo no trabalho. Há uma questão mais estrutural que está em jogo e precisa ser enfrentada também. Quanto ao contexto propriamente dito, é uma questão difícil de avaliar, se vamos aguardar outro contexto, nos últimos tempos, todos os indicadores dos movimentos sindicais mostram um certo refluxo do movimento social organizado como força social na sociedade brasileira.

***IHU On-Line* - Mas tendência é mundial?**

**José Dari Krein** - Tem um componente mundial, mas tem exceções também. É um componente muito forte na Europa, na América Latina, na América do Norte, mas não dá para dizer que é mundial. A Coreia, por exemplo, tem um movimento sindical muito ativo nos últimos anos, de ampliação de conquistas. Claro que há uma tendência mais estruturante, mais geral, que deve ser considerada. Esse é um lado da moeda. O outro lado está representado pela pergunta: qual é a possibilidade de realizar uma reforma no contexto brasileiro atual, político e econômico, independente do chamado poder de pressão das partes? E aí, considerando a eleição do Severino<sup>5</sup>, a fragilização da base de sustentação do governo no Congresso Nacional. A possibilidade da reforma se reduz neste quadro, que é complicado. Eu tenho dúvidas se a reforma andar, mas é claro que isso é dado pela dinâmica política e social.

***IHU On-Line* – Em que medida a reforma sindical é necessária, considerando o cenário atual?**

**José Dari Krein** - A questão que está em jogo é que devemos lutar para democratizar as relações de trabalho e ampliar o sistema de proteção social existente no País. Nesse sentido, uma reforma trabalhista, que venha a reduzir direitos, seria um desastre do ponto de vista nacional. A reforma sindical é necessária, sim, mas na perspectiva de ampliar a democratização e fortalecer o ator sindical e a negociação coletiva sem alterar o patamar dos direitos existentes. A lógica dos discursos conservadores é a de responsabilizar a legislação pela informalidade, pelo desemprego; a lógica do nosso discurso é dizer que a informalidade e o desemprego não estão vinculados ao patamar de direitos existentes. Pelo contrário, este patamar apresenta um grau de flexibilidade relativa em aspectos centrais, como na relação de emprego. As empresas têm liberdade de demitir, isso é algo inadmissível frente ao que existe na Europa. Além disso, depois do fim da política salarial, os salários variam conforme o nível da atividade econômica. O próprio tempo de trabalho apresenta um grau de flexibilidade com a possibilidade de utilização do banco de horas e do uso indiscriminado das horas extras. Então já temos um grau de flexibilidade. Por fim, a questão do emprego está muito mais vinculada à dinâmica da economia do que ao patamar de direitos. As empresas jamais irão contratar, mesmo que o trabalho custe

---

<sup>5</sup> Severino Cavalcanti, deputado do PP pernambucano, eleito presidente da Câmara dos Deputados em 15-02-2005. Presidirá a Câmara no biênio 2005-2006 (Nota do *IHU On-Line*).

10% mais barato, se elas não tiverem uma demanda para vender o seu produto. Então a questão do emprego e da ocupação depende muito mais das opções de políticas econômicas do que das opções políticas mais gerais, como, por exemplo, repartir os ganhos de produtividade, fazer com que o trabalho útil seja redistribuído na sociedade, via redução da jornada de trabalho, repartir todo o avanço tecnológico produtivo fantástico ocorrido nos últimos tempos. Até porque as experiências históricas recentes de países que adotaram essa postura, indicam por estudos que os resultados não foram os esperados.

***IHU On-Line - Em última instância, é preciso primeiramente discutir um projeto de desenvolvimento para o País?***

**José Dari Krein** – Sem dúvida nenhuma, eu acho fundamental a reforma sindical, mas também acho fundamental ela estar vinculada à discussão de um projeto para o desenvolvimento socioeconômico. E ele passa necessariamente pela mudança da política econômica atual, pela mudança da lógica com que está sendo enfrentada a questão do desenvolvimento pelo governo atual. A reforma tem que estar inserida em uma lógica geral de reencaminhamento da sociedade brasileira e o reencaminhamento da questão econômica e social tem que fazer parte disso.

***IHU On-Line - O senhor disse que, na Europa, as empresas não têm a liberdade de demitir como as daqui. Poderia exemplificar?***

**José Dari Krein** - A empresa tem regras para demitir, e o mínimo que se exige é que a empresa explique a demissão. Em alguns países, ela só pode demitir depois de ter informado ao órgão público e o órgão público ter concordado com este processo de demissão. A demissão pode ser por ordem tecnológica, pode ser por crise econômica, pode ser por disciplina, mas há possibilidade de o trabalhador questionar a opção da demissão feita pela empresa. Isso lhe dá maior estabilidade no emprego. A empresa não pode demitir a seu bel-prazer como ocorre aqui.

***IHU On-Line - No Brasil, essa liberdade empresarial surge com o FGTS? Pode-se dizer que ela é incomum?***

**José Dari Krein** – Exatamente. No Brasil, temos, na rescisão, a possibilidade de demissão por justa causa. Não existe coisa mais flexível do que isso. Essa situação não ocorre nos chamados países desenvolvidos, mas não é uma coisa geral. Na Ásia e na América, há outra lógica. Mas o que se pode dizer é o seguinte: há uma recomendação da Organização Mundial do Trabalho (OIT) por meio da Convenção 158, orientando os países membros a introduzirem mecanismos que inibam a dispensa motivada, porém o Brasil não aceita isso.

[\(Voltar ao índice\)](#)

**“O DEBATE SOBRE AS REFORMAS DEVE COINCIDIR COM UM PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO”**

**Entrevista com Sidney Pascoutto**

*Sidney Pascoutto da Rocha preside o Conselho Federal de Economia (Cofecon). Entre outras atividades, o órgão sistematiza a atuação dos Conselhos Regionais de Economia e fiscaliza o exercício da profissão. Além disso, o Cofecon acompanha e debate as questões sociais e econômicas que afetam o País. É Pós-Graduado em Finanças Executivas pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Planejamento Energético pela UFRJ, onde também se graduou em Economia. Foi Assessor das Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos*



*Bispos Brasileiros no Rio de Janeiro. Sidney Pascoutto foi entrevistado por telefone, ressaltando que falava “em nome próprio”, já que o Conselho não tem posição oficial sobre as reformas, por considerar que o debate das mesmas deve ser precedido por outras discussões, como a construção de um projeto de desenvolvimento nacional.*

**IHU On-Line – Qual é a sua opinião sobre o andamento das reformas trabalhista e sindical?**

**Sidney Pascoutto** – O Conselho não tem uma posição oficial sobre esse tema. Falo exclusivamente em meu nome. Esse tipo de reforma deve ser feito no momento em que a economia está em crescimento, no momento em que os atores estão com força para fazer essa discussão. Toda a vez em que esse debate é colocado num cenário em que os trabalhadores estão em uma situação de defensiva, na verdade o que se está querendo fazer é atropelar. O que se quer fazer é aprovar coisas que são até estranhas aos interesses dos trabalhadores. Essa é a minha visão.

**IHU On-Line – Por que o Conselho não tem discutido esse assunto?**

**Sidney Pascoutto** – A nossa pauta de discussões é enorme, a questão econômica, pura e simplesmente, nos absorve demais. Há problemas sérios na gestão da economia. Além das questões internas, temos um manancial de outros assuntos, como a questão tributária, por exemplo. Nós estamos envolvidos nesse debate. Temos um conjunto de questões mais voltadas para a política econômica que nos absorvem muito.

**IHU On-Line – O debate sobre a reforma trabalhista deveria coincidir com um período de desenvolvimento econômico?**

**Sidney Pascoutto** – Não. O que digo é o seguinte: toda vez que se fazem reformas que mexem muito de perto com os interesses da maioria dos trabalhadores e numa conjuntura de desemprego e de arrocho salarial, com o movimento sindical numa situação de defensiva, os trabalhadores perdem. Se pensarmos em ciclos, podemos dizer que estamos em uma fase de inflexão dos ciclos: quantas greves ocorreram recentemente, quantas estão ocorrendo? Quantas mobilizações temos hoje na sociedade?

**IHU On-Line – Mas a atual fase do movimento sindical não reflete uma nova configuração da economia, que conduz a um novo perfil das organizações sindicais?**

**Sidney Pascoutto** – Essa é a concepção de alguns, não é? Os patronos dessa política atrelam a necessidade de retomada do crescimento da economia brasileira à necessidade da reforma trabalhista e sindical. Eu não partilho dessa idéia. Acho que o problema da reforma da economia brasileira passa fundamentalmente pela volta do Estado a desempenhar um papel mais dinâmico nessa perspectiva. O Estado deve voltar a assumir o papel de fazer inversões públicas de uma forma mais efetiva. Acho que temos que ir abandonando a idéia da construção de superávit primário. Não podemos continuar achando que é possível retomar o desenvolvimento nacional com o superávit primário do tamanho que ele está. Atrelar o desenvolvimento à reforma é transferir para os trabalhadores uma responsabilidade que não é deles, não é nossa. A vaca está indo para o brejo, a cada dia ela dá mais um passo em direção ao brejo, e, a cada momento, se aponta um agente como responsável por isso.

**IHU On-Line – O senhor pode exemplificar?**

**Sidney Pascoutto** – No início dos anos 1990 era fundamental fazer as privatizações, pois, com elas, viria o dinheiro internacional e ocorreriam inversões nos setores de infra-estrutura... e o

que aconteceu? Aponte-me um setor onde efetivamente entrou dinheiro do capital internacional via inversões, um setor que tenha sido alavancado. Pelo contrário, o que tivemos foi uma explosão tarifária. Hoje, um dos grandes problemas da inflação brasileira são as tarifas públicas, as tarifas administradas. Depois da fase das intervenções tivemos a fase, no começo do governo Lula, que atribuiu à Previdência a responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento econômico e social. No último domingo, o jornal *Folha de S. Paulo* revelou que não há déficit na Previdência, o que existe é irresponsabilidade e, no caso de alguns dirigentes, falta de honestidade intelectual. Basta examinar as rubricas definidas pela Constituição de 1988 como aquelas que definem os recursos que garantem a solidez da Previdência: se elas fossem cumpridas, não teríamos déficit. Quer dizer: a cada momento se escolhe um agente responsável pelas dificuldades econômicas e sociais, e, com isso, vai sendo empurrado um rol de medidas que tem tudo a ver com o ideário do pensamento único<sup>6</sup> e que não tem dado respostas. Estou, há vinte anos, ouvindo essa cantilena e, como a minha geração, estou assistindo à perda e à corrosão dos nossos direitos.

**IHU On-Line – Mas a reforma sindical, por exemplo, não é, de certa forma, uma exigência dos novos tempos?**

**Sidney Pascoutto** – É verdade. Mas quando essa discussão é feita com as organizações sindicais em uma situação favorável, tem-se um determinado perfil de reforma. Quando essas reformas são encaminhadas num cenário onde os trabalhadores estão numa situação de defensiva, com certeza disso resultará um outro perfil de reforma. Não sejamos ingênuos nessa discussão.

**IHU On-Line – Qual seria o momento ideal para as reformas, o que é que estamos de fato esperando?**

**Sidney Pascoutto** – Estamos esperando que a economia volte a crescer. O melhor momento seria quando isso ocorresse, quando os trabalhadores voltassem a ter condições de se mobilizarem e discutirem, sem estarem desesperados em preservar os seus postos de trabalho. Na situação em que nos encontramos, se o trabalhador for para a rua fazer qualquer manifestação, se ele participar de qualquer debate, o patrão manda-o embora, porque tem centenas de milhares de desempregados querendo o lugar dele por um salário menor. Logo, essa reforma não é prioridade, não dá as respostas ansiadas pelos trabalhadores. E, me parece, uma reforma trabalhista e sindical diz respeito aos interesses dos trabalhadores. Não se pode fazer esse debate, quando esses atores estão numa posição de fragilidade.

**IHU On-Line – As reformas devem ser discutidas somente depois dessa etapa?**

**Sidney Pascoutto** – Claro. Do contrário, é como se você me deixasse três semanas com fome e depois me mandasse para um ringue lutar box... e eu vou fazer o que, nesse ringue? Vou apanhar muito, claro. Essa discussão é rica e interessante, mas inoportuna. Fazê-la agora seria oportunismo.

[\(Voltar ao índice\)](#)

---

<sup>6</sup> Pensamento único: expressão formulada na França para descrever o pensamento neoliberal como único e exclusivo, fora do qual não há salvação, segundo o economista Riccardo Petrella, nos seus artigos publicados no jornal *Le Monde Diplomatique* (Nota do *IHU On-Line*).

## DESTAQUES DA SEMANA

### Análise de Conjuntura

#### DEMOCRACIA SENIL TRAVA O PAIS

*A entrevista que segue, com Roberto Magabeira Unger, foi publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em 22 de abril de 2005.*

O intelectual e professor da Faculdade de Direito da Universidade Harvard, Roberto Mangabeira Unger, diz que decidiu lançar sua candidatura à Presidência da República como alternativa ao que entende como falso amadurecimento da democracia brasileira, ou seja, a aproximação programática entre PT e PSDB.

"A democracia brasileira não se tornou mais madura: querem que ela se torne senil, que o País passe diretamente da infância à senilidade", afirma. A tal velhice se expressa na aceitação de "um rumo que não funciona". "Se não houver crise, continuaremos a viver a mediocridade aqui dentro. Se houver crise, ela repercutirá no Brasil em dobro".

Apesar de sua primeira aparição pública como candidato ter acontecido no programa de TV de um partido pequeno, o Partido Humanista da Solidariedade (PHS), na semana passada, ele diz que ainda não está filiado a nenhuma sigla e que, idealmente, concorreria pelo PDT.

Dono de um forte "sotaque estrangeiro", o professor de Harvard diz que não se candidataria se as circunstâncias "fossem normais". "Que um homem com sotaque estrangeiro esteja propondo o caminho da afirmação nacional é paradoxo em cima de paradoxo. Eu não escolhi esses paradoxos, foi a vida quem escolheu."

#### **Folha - Por que o senhor resolveu ser pré-candidato à Presidência?**

**Roberto Mangabeira Unger** - Estou convencido de que o País precisa de alternativa e quer alternativa, pela qual o eleitorado votou em 2002 e que não foi implementada. O País está num rumo que não funciona. Pelo rumo que os nossos governos recentes tomaram, se não houver crise, continuaremos a viver a mediocridade aqui dentro; se houver crise, ela repercutirá no Brasil em dobro. O segundo sentido é que, embora eu não acreditasse que o quadro sucessório está muito mais aberto do que parece, eu me sentiria na obrigação de fazer um gesto cívico, ainda que esse gesto fosse condenado a ser apenas um símbolo de resistência e um chamamento à ação dirigido aos idealistas do Brasil.

#### **Folha - Por que o quadro sucessório está mais aberto do que parece?**

**Unger** - Embora o País pareça tristemente resignado ao projeto compartilhado pela coalizão do PT e do PSDB, ele não abandonou a busca de uma saída. Falta a apresentação de uma mensagem e mensageiros com credibilidade para encarnar uma alternativa numa só fórmula: o social como base do econômico. Vivemos anos em que nos conformamos com o modelo econômico que nos era recomendado ou imposto como o caminho necessário e com a idéia de que o social seria uma maneira de atenuar as crueldades do econômico. Fica cada vez mais claro que não é assim.

**Folha - A avaliação do presidente Lula continua muito boa, e suas chances de reeleição são grandes.**

**Unger** - O fator fundamental é a ausência de alternativa. O País só pode escolher entre as alternativas apresentadas. O que é apresentado como opção são os que governam agora ou os que governavam antes. A disputa se reduziu a um contraste de competências relativas. Diante disso, é natural que o presidente desfrute de uma grande vantagem. Ele é um homem com quem a maioria da população pode se identificar.

**Folha - Por que o PHS<sup>7</sup>?**

**Unger** - Não estou filiado ao PHS nem a partido algum. Cheguei à conclusão de que tinha de atuar por minha própria conta. Nos meses que antecederam a morte de Leonel Brizola, ele discutia a hipótese de eu me refilar ao que foi historicamente o meu partido, o PDT, e ser proposto como pré-candidato à Presidência. Esse caminho, pelo menos a curto prazo, tornou-se inviável, porque há vários pretendentes legítimos no PDT. Quando surgiram notícias nos jornais a respeito dessa minha intenção, fui procurado por esse pequeno partido, que me ofereceu apoio e tempo na televisão. Não me fez nenhuma exigência.

**Folha - Para onde o senhor vai? Tem conversado com alguém?**

**Unger** - Continuo conversando com lideranças partidárias. Em tese, poderia me filiar a um desses pequenos partidos.

**Folha - Com quem o senhor tem conversado?**

**Unger** - Com líderes de muitos partidos. Prefiro não especificar. Não sobre minha filiação, mas sobre o País e o quadro sucessório.

**Folha - Opções construídas em torno do nome de uma pessoa que está fora do status quo partidário são vistas com desconfiança, e as experiências históricas desse tipo são controversas.**

**Unger** - Mas qual é a solução que temos, na prática? Num sistema como o nosso, em que os partidos são, infelizmente, frágeis, em que a população desconfia de partidos e de políticos, qualquer alternativa tem de ser, ao mesmo tempo, programática e pessoal. Esse é o único caminho real. O que pode manter a integridade na direção é que não se reduza a um personalismo, mas que seja guiado por um movimento real na sociedade.

**Folha - Muita gente vê a aproximação programática entre PT e PSDB como um sinal de maturidade da democracia brasileira.**

**Unger** - Esse pensamento é falso e ruinoso para o País. A democracia brasileira não se tornou mais madura: querem que ela se torne senil, que o País passe diretamente da infância à senilidade.

**Folha - Qual é a alternativa?**

**Unger** - Democratizar o mercado e aprofundar a democracia. Dentro desse marco amplo, temos uma tarefa muito específica no Brasil: fazer prevalecerem os interesses do trabalho e da produção; capacitar os brasileiros; criar uma vida pública idônea, que não seja dominada pelo dinheiro e pelos acumpliciamentos mafiosos. A curto prazo, a primeira coisa é forçar o juro para baixo, para que o custo do dinheiro fique abaixo da taxa de lucro das empresas. Não adianta

---

<sup>7</sup> PHS: Partido Humanista da Solidariedade. (Nota do *IHU On-Line*).

prometer emprego, mas tem de ter um governo que privilegie os interesses da produção e do trabalho. Para isso, é preciso persistir no sacrifício fiscal e usá-lo como poder de barganha do Estado e renegociar a dívida interna do País. Temos entre metade e dois terços da população economicamente ativa no purgatório da informalidade. A maneira mais rápida e eficaz de resgatá-los da informalidade é abolir todos os encargos e tributos que recaem sobre a folha de salários e passar a financiar os direitos na base dos impostos gerais. A segunda diretriz: o ensino. É preciso instituir um sistema de monitoramento e avaliação constante; definir mínimos de desempenho de cada escola e de investimento por cada aluno; organizar um sistema de coordenação entre os três níveis da federação para intervir corretivamente e redistribuir recursos e quadros quando os mínimos não forem atendidos. A terceira diretriz relaciona-se ao fato de termos uma política envenenada pelo negociismo. Antes de mudar o sistema de funcionamento eleitoral, há uma medida muito simples, que não exige mudar lei nenhuma. Governante, no ponto em que chegamos, não pode conversar no escuro com grande empresário. Temos que criminalizar de fato qualquer prática de trocas de influências e favores entre os endinheirados e os poderosos. A solução simples e radical é acender as luzes.

**Folha - O senhor acha que suas características pessoais, o sotaque sobretudo, podem atrapalhar a empatia com o eleitor?**

**Unger** - Que um homem com sotaque estrangeiro esteja propondo o caminho da afirmação nacional é paradoxo em cima de paradoxo. Eu não escolhi esses paradoxos, foi a vida quem escolheu. Por outro lado, sinto que os brasileiros são magnânimos e que seria difícil encontrar, no mundo, um eleitorado menos preconceituoso do que o nosso. Depois do primeiro choque de estranhezas, o País vai passar para o conteúdo.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## Artigos da semana

### A DEMOCRACIA PRECISA DA RELIGIÃO? UM DEBATE ENTRE HABERMAS E RATZINGER

*No dia 19 de janeiro de 2004, o cardeal Joseph Ratzinger e Jürgen Habermas se encontraram na Katholische Akademie in Bayern, em Munique. No encontro se discutiu o tema As bases pré-políticas e morais do Estado democrático. Saudada como o confronto entre o filósofo da "iluminação" e o cardeal do dogmatismo, a discussão também tratou de temas, como a complementaridade e a oposição entre razão e fé, a crítica ao capitalismo globalizado, a necessidade de uma base moral nas sociedades pluralistas e midiáticas. Ratzinger, especialmente, tratou da interculturalidade, prenunciando uma das possíveis linhas de atuação de seu papado. Numa época em que a invasão do Iraque pelos EUA estava no centro das discussões, ambos debruçaram-se sobre a necessidade de o poder ser submetido a um direito comum. O debate teve ampla repercussão na Europa. Por exemplo, a revista francesa **Esprit**, julho de 2004, reproduziu a íntegra do debate. A revista italiana eletrônica **Reset**, no. 8, maio-junho de 2004, igualmente publicou um longo dossiê sobre o mesmo. O jornal francês **Figaro**, dia 24-4-05, publicou uma longa matéria, comentando-o. O jornal **Folha de S. Paulo**, 24-4-05, reproduz trechos do debate, que é de alto nível acadêmico. Vale a pena conferir. Os subtítulos são nossos.*

## "OS SECULARIZADOS NÃO DEVEM NEGAR POTENCIAL DE VERDADE A VISÕES DE MUNDO RELIGIOSAS"

Por Jürgen Habermas

*Crítico da doutrina positivista e da ideologia dela resultante, o tecnicismo, o filósofo alemão Jürgen Habermas é um dos mais ilustres representantes da segunda geração da Escola de Frankfurt. Jürgen Habermas nasceu em 1929, em Düsseldorf, na Alemanha. De 1956 a 1959, foi colaborador de Adorno no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Em 1971, Habermas dirigiu o Instituto Max-Planck, em Starnberg, Baviera. Em 1983, transferiu-se para a Universidade Johan Wolfgang Goethe, de Frankfurt. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. Publicamos um artigo sobre o encontro entre Habermas e Ratzinger, ocorrido em 19 de janeiro de 2004, na Academia católica da Baviera, em Munique, na 128ª edição do **IHU On-Line**, de 20 de dezembro de 2004.*

O tema proposto para nossa discussão evoca uma pergunta que o historiador Ernst Wolfgang Böckenförde<sup>8</sup> apresentou nos anos 1960 por meio da seguinte fórmula concisa: o Estado liberal e secularizado consome pressupostos normativos que ele mesmo não pode garantir?

Nisso se expressa a incerteza de que o Estado constitucional democrático possa renovar os pressupostos da sua existência a partir de seus próprios recursos, assim como a suspeita de que ele está voltado para tradições autóctones quanto a concepções de mundo ou religiosas, em todo caso, de modo coletivamente obrigatório, éticas. Isso colocaria o Estado, obrigado a uma neutralidade quanto a concepções de mundo, em dificuldade em vista do "fato do pluralismo". Entretanto somente essa inferência não fala contra a própria suposição.

Em primeiro lugar, gostaria de especificar o problema de acordo com dois pontos de vista. Sob o ponto de vista cognitivo, a dúvida relaciona-se à questão se um poder<sup>9</sup> político, após uma total posituação do direito, ainda é acessível a uma justificação secular quer dizer, não religiosa ou pós-metafísica (1).

Ainda que se conceda uma tal legitimação, subsiste, quanto ao ponto de vista motivacional, a dúvida se uma coletividade pluralista quanto a concepções de mundo pode ser estabilizada de um modo normativo, portanto para além de um simples *modus vivendi*, pela subordinação a um entendimento de fundo, na melhor das hipóteses formal, limitado a procedimentos e princípios (2).

Mesmo que se possa desmanchar tal dúvida, permanece o fato de que ordenamentos liberais se encontram direcionados para a solidariedade de seus cidadãos, e suas fontes poderiam, em consequência de uma secularização "descarrilada", fracassar completamente. Esse diagnóstico não pode ser recusado, mas não precisa ser entendido como se os cultos entre os defensores da religião estivessem, a partir disso, criando, até certo ponto, uma mais-valia (3).

Em vez disso, vou sugerir que se entenda a secularização cultural e social como um processo didático duplo, que obriga as tradições do Iluminismo assim como as doutrinas religiosas a uma reflexão acerca de suas respectivas fronteiras (4).

Em vista de sociedades pós-seculares, coloca-se a questão acerca de que atitudes cognitivas e quais expectativas normativas o Estado liberal precisa atribuir aos seus cidadãos crentes e descrentes no convívio entre si (5).

<sup>8</sup> Ernst Wolfgang Böckenförde: escritor alemão e ex-juiz do Tribunal Constitucional da Alemanha.

<sup>9</sup> A **Folha de S. Paulo** usa o termo domínio. Apoiando-se na tradução italiana, usamos o termo 'poder'. (Nota do **IHU On-Line**)

### O poder político necessita de uma justificação não religiosa e pós-metafísica?

1. O liberalismo político (que eu defendo sob a forma especial de um republicanismo kantiano<sup>10</sup>) é entendido como uma justificação não-religiosa e pós-metafísica dos fundamentos normativos do Estado constitucional democrático.

Essa teoria encontra-se na tradição de um direito racional, que prescinde das suposições fortemente cosmológicas ou soteriológicas das doutrinas do direito natural clássicas e religiosas.

A história da teologia cristã na Idade Média, especialmente a escolástica tardia espanhola, pertence naturalmente à genealogia dos direitos humanos. Mas os fundamentos da legitimação da violência neutra quanto a concepções de mundo do Estado têm sua origem, no final das contas, nas fontes profanas próprias da filosofia dos séculos 17 e 18. Somente muito mais tarde, a teologia e a igreja dominaram as exigências espirituais do Estado constitucional revolucionário. No século 20, a fundamentação pós-kantiana dos princípios constitucionais liberais ocupou-se menos com os vestígios do direito natural objetivo (como da ética material de valores) do que com formas históricas e empíricas de crítica. A tarefa central é a de esclarecer por que o processo democrático vale como um procedimento de uma normatização legítima: enquanto ele preencher as condições de uma formação de opiniões e vontades inclusiva e discursiva, ele fundamenta uma suposição da aceitabilidade racional das conseqüências; e por que a democracia e os direitos do homem, no processo de elaboração de uma Constituição, delimitam-se mutuamente a partir de uma mesma fonte: a institucionalização jurídica do procedimento de normatização democrática exige a garantia concomitante dos direitos fundamentais políticos e liberais.

O ponto de referência dessa estratégia de justificação é a Constituição, que os cidadãos associados dão para si mesmos, e não a domesticação de uma violência do Estado subsistente, pois essa precisa primeiro ser gerada nos caminhos que perfazem a entrega da Constituição democrática. Uma violência de Estado "constitutiva" (e não apenas domada constitucionalmente) é legítima até o seu âmago. Ao passo que o positivismo da vontade do Estado - com raízes no período imperial - na teoria do direito de Estado alemã deixou um esconderijo para uma substância ética "do Estado" ou "do político" livre do direito, não há, no Estado constitucional, um sujeito dominador que se nutra de uma substância anterior ao direito. À luz dessa herança problemática, a pergunta de Böckenförde foi entendida como se uma ordem constitucional completamente positivada tivesse necessidade da religião ou de algum outro "poder de contenção" para a segurança cognitiva de seus fundamentos de validade. De acordo com tal leitura, a reivindicação de validade do direito positivo deve estar dirigida para uma fundamentação nas convicções pré-políticas e éticas de comunidades religiosas ou nacionais, pois uma tal ordem jurídica não pode ser somente legitimada, auto-referencialmente, a partir de procedimentos jurídicos gerados democraticamente.

Mas, contra uma compreensão do Estado constitucional baseada no direito hegeliano, a Constituição processualista, inspirada por Kant, insiste numa fundamentação dos fundamentos constitucionais autônoma, racionalmente aceitável para todos os cidadãos, de acordo com sua pretensão.

---

<sup>10</sup> Cf. HABERMAS, Jürgen, *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2002. Immanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo prussiano, geralmente considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, um representante do Iluminismo, indiscutivelmente um dos seus pensadores mais influentes. Kant teve um grande impacto no Romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, tendo esta sua faceta idealista sido um ponto de partida para Hegel. O *IHU On-Line* número 93, de 22 de março de 2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra de Immanuel Kant. (Nota do *IHU On-Line*)

## Basta um acordo normativo de procedimentos e princípios para a estabilidade da comunidade pluralista?

2. Parto do princípio de que a Constituição do Estado liberal pode financiar sua necessidade de legitimação de modo auto-suficiente, ou seja, a partir dos efetivos cognitivos de um orçamento argumentativo independente de tradições religiosas e metafísicas. Todavia, mesmo sob essa premissa, permanece uma dúvida quanto ao ponto de vista motivacional. Os pressupostos de existência normativos do Estado constitucional democrático são, com respeito ao papel dos cidadãos do Estado, que se compreendem como sujeitos do direito, mais exigentes do que em relação ao papel dos cidadãos da sociedade, que são objetos do direito.

De quem é objeto do direito espera-se somente que, ao apreenderem suas liberdades (e reivindicações) subjetivas, não ultrapassem as fronteiras legais.

Algo diverso do que ocorre com a obediência diante de leis de liberdade compulsórias dá-se com as motivações e atitudes que se esperam de cidadãos do Estado no papel de legisladores. Estes deveriam apreender seus direitos de comunicação e participação de forma ativa, e não somente tendo em vista seus próprios interesses, mas de um modo que seja orientado pelo bem da comunidade. Isso exige um gasto motivacional dispendioso, que não pode ser obrigado legalmente.

Um dever de participar das eleições seria, num Estado de Direito democrático, um corpo estranho na mesma medida que uma solidariedade decretada. A disponibilidade de ser responsável, dado o caso, por concidadãos estranhos e que permanecem anônimos e de aceitar interesses gerais devem ser apenas esperados de cidadãos de coletividades liberais.

Por isso as virtudes políticas, mesmo quando são apenas "cobradas" em forma de troca, são essenciais para a existência de uma democracia. Elas pertencem à socialização nas práticas e modos de pensamento de uma cultura política liberal. O status da cidadania, até certo ponto, está encaixado numa sociedade civil que vive de fontes espontâneas - se se quiser, "pré-políticas".

Disso não segue que o Estado liberal seja incapaz de reproduzir seus pressupostos motivacionais a partir de seus próprios efetivos seculares. Os motivos para uma participação dos cidadãos na formação política de opiniões e vontades alimentam-se, por certo, de planos de vida éticos e formas de vida culturais. Práticas democráticas, porém, desenvolvem uma dinâmica política própria.

O Estado de Direito da Constituição democrática não garante, de fato, somente liberdades negativas para os cidadãos civis preocupados com seu próprio bem-estar; com a dispensa de liberdades comunicativas, ele também mobiliza a participação dos cidadãos na disputa pública acerca de temas que concernem a todos coletivamente. Assim, por exemplo, nos debates atuais em torno da reforma do Estado de Bem-Estar Social, da política de imigração, da Guerra do Iraque e da eliminação do serviço militar obrigatório, trata-se não somente de políticas singulares mas sempre, também, da interpretação duvidosa dos princípios constitucionais e, implicitamente, do modo como nós, à luz da diversidade de nossos modos de vida culturais, do pluralismo de nossas concepções de mundo e convicções religiosas, queremos nos compreender como cidadãos da Alemanha e como europeus.

De fato, numa retrospectiva histórica, um pano de fundo religioso comum, uma língua comum e, sobretudo, o despertar da consciência nacional foram benéficos para o surgimento de uma solidariedade cidadã altamente abstrata. As disposições republicanas nesse meio tempo, porém, desprenderam-se amplamente desses lastros pré-políticos. Pensem-se nos discursos ético-políticos acerca do Holocausto e da criminalidade em massa: eles tornaram os cidadãos alemães conscientes da Constituição como aquisição.



### **Até que ponto os ordenamentos liberais podem se exaurir? Mas a religião não tem uma mais-valia argumentativa**

3. De acordo com as considerações feitas até agora, a natureza secular do Estado constitucional democrático não apresenta nenhuma fraqueza intrínseca ao sistema político como tal. Com isso, não estão sendo colocadas de lado causas externas. Uma modernização descarrilada da sociedade no seu todo poderia muito bem tornar o vínculo democrático frouxo e enfraquecer o tipo de solidariedade para o qual o Estado democrático, sem que a possa obrigar juridicamente, está orientado. Evidências para um tal esmigalhamento da solidariedade cívica mostram-se no contexto mais amplo de uma dinâmica politicamente descontrolada formada pela economia mundial e a sociedade mundial. Mercados, que não podem ser democratizados como administrações estatais, assumem, de modo crescente, funções de comando em setores da vida que até então eram mantidos coesos de forma política ou pelas de formas de comunicação pré-políticas. Dessa forma, não somente esferas privadas, em uma taxa crescente, são redirecionadas para mecanismos de ação cuja orientação é o sucesso, orientação que em cada caso depende de preferências próprias; também a esfera que é vencida pelas pressões públicas de legitimação está encolhendo.

O privatismo cívico é fortalecido pela desencorajadora perda de função de uma formação de opiniões e vontades democrática, que por enquanto somente funciona nas arenas nacionais pela metade e por isso não alcança mais os processos decisórios deslocados para planos supranacionais. Também a esperança, em via de desaparecer, de um poder de configuração político da comunidade internacional estimula a tendência da despolitização dos cidadãos. Em vista dos conflitos e das gritantes injustiças sociais de uma sociedade mundial altamente fragmentada, cresce a decepção com cada novo insucesso no caminho (primeiramente adotado após 1945) de uma constitucionalização do direito dos povos.

Um ceticismo radical quanto à razão é, por princípio, estranho à tradição católica. Mas o catolicismo teve dificuldade para lidar, até os anos 60 do século passado, com o pensamento secular do humanismo, do iluminismo e do liberalismo político. Assim, hoje novamente encontra ressonância o teorema de que uma modernidade contrita só pode ser auxiliada para fora de um beco sem saída por meio de uma orientação religiosa dirigida para um ponto de referência transcendental.

Considero melhor a questão se uma modernidade ambivalente irá se estabilizar a partir das forças seculares de uma razão comunicativa, que não deve ser levada ao extremo por meio de uma crítica da razão, mas que deve ser tratada de forma não-dramática, como uma questão empírica em aberto. Com isso, não quero incluir o fenômeno da permanência da religião em um ambiente ainda secularizado como um fato puramente social.

### **As fronteiras do Iluminismo e das doutrinas religiosas**

4. Em oposição à moderação ética de um pensamento pós-metafísico, do qual subtrai-se todo conceito obrigatório acerca da vida boa e exemplar, nas Escrituras sagradas e nas tradições religiosas articularam-se intuições acerca do erro e da libertação, do fim salvador de uma vida experimentada como sem solução, que, por séculos, foram sutilmente soletradas até a exaustão e mantidas hermeneuticamente despertas. Por isso, na vida comunitária de sociedades religiosas, contanto que elas somente evitem o dogmatismo e a coação moral, pode permanecer algo intacto que alhures se perdeu e que, somente com o conhecimento profissional de especialistas não pode ser restabelecido - refiro-me a possibilidades de expressão e sensibilidades suficientemente diferenciadas para uma vida fracassada, para

patologias sociais, para o malogro de projetos individuais de vida e para a deformação de contextos desfigurados de vida.

A interpenetração entre cristandade e metafísica grega não produziu apenas a forma espiritual da dogmática teológica e a helenização - não em todos os aspectos - benéfica da cristandade. Também fomentou uma apropriação de conteúdos genuinamente cristãos pela filosofia. Esse trabalho de apropriação transformou o sentido originariamente religioso, mas não o deflacionou ou consumiu de modo que o esvaziasse.

A tradução da crença na imagem de Deus presente no homem para a dignidade igual - e a ser necessariamente observada por todos os homens - é uma tal tradução salvadora. Ela torna acessível o conteúdo de conceitos bíblicos para além das fronteiras de uma comunidade religiosa para o público genérico dos que não crêem ou crêem em outra coisa. Benjamin foi um que às vezes obtinha sucesso em tais traduções.

Assim, é do próprio interesse do Estado constitucional circular de forma que mantenha contato com todas as fontes culturais das quais se alimenta a consciência normativa e a solidariedade dos cidadãos. Essa consciência, que se tornou conservadora, espelha-se no discurso da "sociedade pós-secular".

Com isso não se aponta apenas para o fato de que a religião se afirma num ambiente crescentemente secular e de que a sociedade, por agora, conta com a permanência das comunidades religiosas. O termo "pós-secular" também não confere às sociedades religiosas apenas o reconhecimento público pela contribuição funcional que ela executa em vista da reprodução de motivos e atitudes desejáveis. Na consciência pública de uma sociedade pós-secular, espelha-se muito mais um juízo normativo que tem conseqüências para o contato político entre cidadãos não-crentes e crentes.

#### **O convívio dos cidadãos crentes e não-crentes na sociedade pós-secular**

5. De um lado, a consciência religiosa foi forçada a processos de acomodação. Toda religião é, originariamente, "imagem do mundo" ou "doutrina compreensiva", também no sentido de que reivindica a autoridade de estruturar uma forma de vida no seu todo. Essa reivindicação de um monopólio interpretativo e de uma configuração abrangente da vida a igreja teve de abandonar devido às condições impostas pela secularização do saber, da neutralização da violência do Estado e da liberdade geral de credo.

Com a diferenciação funcional de sistemas sociais parciais, também a vida das comunidades religiosas separa-se dos seus ambientes sociais.

O papel do membro da comunidade diferencia-se daquele do cidadão. E, como o Estado liberal se direciona para uma integração política dos cidadãos que ultrapasse um mero *modus vivendi*, essa diferenciação das instâncias das quais alguém é membro não pode se esgotar numa acomodação cognitivamente despreziosa do etos religioso a leis da sociedade secular impostas.

Muito mais do que isso, o ordenamento jurídico universalista e a moral social igualitária precisam ser unidos, a partir de dentro, ao etos da comunidade de tal forma que um, consistentemente, resulte do outro.

Essa expectativa normativa, com a qual o Estado liberal se defronta com as comunidades religiosas, coincide com os próprios interesses delas à medida que se lhes abre a possibilidade de desempenhar, para além do espaço público político, uma influência própria sobre a sociedade como um todo. De fato, o peso das conseqüências da tolerância, como mostram as regras de aborto mais ou menos liberais, não se divide simetricamente entre crentes e não-crentes. A compreensão da tolerância própria de sociedades pluralistas que possuem uma Constituição liberal não encoraja apenas os crentes, no convívio com quem não crê ou crê de

outro modo, a perceber que eles precisam contar, de modo racional, com a permanência de um dissenso. Por outro lado, a mesma percepção, no quadro de uma cultura política liberal, é exigida dos não-crentes no contato com os crentes.

A neutralidade, quanto às concepções de mundo, da violência do Estado -que garante as mesmas liberdades éticas para cada cidadão- é incompatível com a generalização política de uma visão de mundo secularizada. Cidadãos secularizados, enquanto se apresentarem nos seus papéis de cidadãos, não devem negar, fundamentalmente, um potencial de verdade a visões de mundo religiosas nem colocar em questão o direito dos concidadãos crentes de contribuir, por meio de uma linguagem religiosa, para com discussões públicas. Uma cultura politicamente liberal pode esperar até mesmo dos seus cidadãos secularizados que tomem parte dos esforços em traduzir contribuições relevantes da linguagem religiosa para uma linguagem que seja publicamente acessível.

## "O HOMEM DESCEU ATE O FUNDO DO POÇO DO PODER, ATE A FONTE DE SUA PROPRIA EXISTENCIA"

Por Joseph Ratzinger

*Joseph Ratzinger, teólogo alemão, bispo e cardeal, foi durante 23 anos presidente da Congregação para a Doutrina da Fé. No último dia 19 de abril, o cardeal alemão foi eleito o 265º papa da história, no segundo dia de conclave. Ratzinger, considerado o braço-direito de Karol Wojtyła, adotou o nome de Bento XVI. Os subtítulos do artigo que segue são nossos.*

Na aceleração do ritmo dos desenvolvimentos históricos na qual nos encontramos, parece-me que destacam-se, sobretudo, dois fatores como marcas de um desenvolvimento que antes começara a mover-se somente lentamente: de um lado temos a formação de uma sociedade mundial, na qual os poderes políticos, econômicos e culturais singulares têm sua atenção voltada uns para os outros sempre mais e, nos seus espaços diversos, tocam-se e interpenetram-se mutuamente.

Por outro lado, temos o desenvolvimento das possibilidades do homem, do poder, de fazer e destruir, que - para muito além de tudo com que se estava acostumado até agora - levanta a pergunta pelo controle jurídico e moral do poder. Assim, é altamente urgente a pergunta acerca de como as culturas que entram em contato podem encontrar fundamentos éticos que possam conduzir sua comunhão ao caminho justo e construir uma configuração comum, responsável juridicamente, que dome e ordene o poder.

### O que é o bem?

Que o projeto "Ethos Mundial", exposto por Hans Küng<sup>11</sup> [teólogo suíço], encontre uma tal procura, indica, no mínimo, que a questão está em debate. Isso também vale quando se aceita a perspicaz crítica que [o professor de filosofia na Universidade de Munique e na Universidade de Salzburg] Robert Spaemann<sup>12</sup> ensaiou contra esse projeto.

<sup>11</sup> Hans Küng: teólogo ecumênico suíço, presidente da Fundação de Ética Global (<http://www.weltethos.org>), com sede em Tübingen, na Alemanha, e autor de diversas obras, dentre as quais, a referida acima, traduzida para o português sob o título **Projeto de Ética Mundial**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1998. De Hans Küng, publicamos uma entrevista na 58ª edição do **IHU On-Line**, de 5 de maio de 2003, e um artigo na 135ª, de 4 de abril de 2005. (Nota do **IHU On-Line**).

<sup>12</sup> Robert Spaemann: filósofo e pensador alemão, autor do livro **Felicidade e Benevolência. Ensaio sobre ética**. São Paulo: Loyola, 1996. De Spaemann, publicamos um artigo na 77ª edição do **IHU On-Line**, de 29 de setembro de 2003. (Nota do **IHU On-Line**)

Pois, aos dois fatores mencionados, pode-se adicionar um terceiro: no processo de contato e interpenetração das culturas, as certezas éticas, que até aquele momento eram sustentadas, encontram-se amplamente despedaçadas. A pergunta, especialmente no contexto dado, acerca do que é, afinal, o bem e por que, mesmo que com prejuízo para nós próprios, devemos fazê-lo, permanece sem resposta.

Parece-me evidente que a ciência como tal não pode gerar etos, que, portanto, uma consciência ética renovada não pode surgir como produto de debates científicos. Por outro lado, é certamente também indiscutível que a alteração fundamental da imagem humana e mundial, a qual se deu a partir da evolução dos conhecimentos científicos, está essencialmente ocupada com a ruptura de velhas certezas morais.

### **A liberdade sem direito é anarquia**

De forma concreta, a função da política é colocar o poder sob a medida do direito e assim ordenar seu uso razoável. Deve valer não o direito do mais forte, mas a força do direito. O poder na ordenação e no emprego do direito é o pólo oposto à violência, pela qual nós entendemos o poder sem o direito e contra o direito. Por isso é importante para cada sociedade superar a desconfiança em relação ao direito e suas ordenações, pois apenas assim a arbitrariedade pode ser proscrita e a liberdade pode ser vivida como uma liberdade comumente compartilhada. A liberdade sem direito é a anarquia e, por isso, é a destruição da liberdade.

### **Como se forma o direito?**

A tarefa de colocar o poder sob a medida do direito remete, portanto, à pergunta seguinte: como se forma o direito e como o direito deve ser constituído a fim de que seja veículo da justiça, e não um privilégio daqueles que têm o poder de estabelecer o direito?

A questão de que o direito não deve ser um instrumento de poder de poucos, mas a expressão do interesse comum a todos, parece resolvido, pelo menos pelos instrumentos de formação democrática da vontade. Apesar disso, me parece, permanece ainda uma pergunta.

Já que dificilmente há unanimidade entre os homens, somente às vezes permanece a delegação como instrumento imprescindível da formação democrática da vontade, outras vezes, a decisão da maioria, com o que, segundo a importância da pergunta, ordens de grandeza distintas podem ser empregadas para a maioria, mas também as majorias podem ser cegas ou injustas.

A história o mostra de maneira claríssima. Quando uma maioria, por maior que seja, reprime, com leis opressoras, uma minoria, por exemplo, religiosa ou racial, pode-se, nesse caso, ainda falar de justiça, de direito de modo geral?

Assim, o princípio da maioria continua a deixar em aberto a pergunta acerca dos princípios éticos do direito, portanto, daquilo que, em si, sempre permanece injusto ou também, de maneira inversa, aquilo que, de acordo com sua natureza, é um direito imutável, que antecede qualquer decisão pela maioria e que deve ser respeitado por ela.

Os tempos modernos formularam um acervo de tais elementos normativos em diversas declarações de direitos humanos e os retiraram do jogo das majorias. Agora, com a consciência presente, podemos nos dar por satisfeitos com a evidência interna desses valores. Há em vigor, portanto, valores em si, os quais decorrem da essência do ser humano e por isso são intocáveis por todos os portadores dessa essência.

À extensão de uma tal idéia devemos voltar novamente mais adiante, ainda mais que essa evidência é, atualmente, de alguma maneira admitida em todas as culturas. O islã tem um catálogo de direitos humanos próprio, diverso do ocidental.

A China é, com efeito, atualmente, marcada por uma forma cultural, o marxismo, originada no Ocidente, mas ainda coloca, até onde me foi informado, a pergunta se não se trata, no caso dos direitos humanos, de uma típica invenção ocidental, a qual deveria ser questionada.

#### **A natureza do poder**

Eu não gostaria de tentar definir a natureza do poder em si, mas de esboçar os desafios que resultam das novas formas de poder que se desenvolveram na última metade do século passado. No primeiro período do pós-guerra era dominante o pavor diante do novo poder de destruição, o qual cicatrizou nos homens com a invenção da bomba atômica. O homem se viu, de repente, capaz de destruir a si próprio e a seu mundo.

Surgiu então a pergunta: quais mecanismos políticos são necessários para afastar essa destruição? Como podem tais mecanismos ser criados e tornados eficazes? Como podem ser mobilizadas potências éticas que moldam tais formas políticas e lhes conferem efetividade?

Na prática, por um longo período, foram a concorrência entre os blocos de poder reciprocamente opostos e o medo de iniciar a própria destruição com a destruição do outro que nos protegeram dos horrores da guerra nuclear. A demarcação recíproca do poder e o medo em torno da própria sobrevivência revelaram-se as forças salvadoras.

Nesse meio tempo, não nos assombra mais tão intensamente o medo diante de uma grande guerra, mas o medo diante do onipresente terror que pode atacar e mostrar-se efetivo em qualquer local. Assim, a pergunta pelo direito e pelo *ethos* se deslocou: de que fontes se alimenta o terror? Como é possível ter êxito na missão de banir essa nova doença da humanidade a partir do seu interior?

#### **A religião deve ser colocada sob a tutela da razão?**

Ao mesmo tempo, é assustador que, ao menos em parte, o terror se legitime moralmente. As mensagens de Osama bin Laden apresentam o terror como a resposta que os povos sem força e oprimidos dão à arrogância dos poderosos, como a justa punição à sua presunção e às suas arbitrariedades e crueldades blasfemas. Para os homens em determinadas situações políticas e sociais, tais motivações são evidentemente persuasivas. Em parte, o comportamento terrorista é apresentado como uma defesa de uma tradição religiosa contra o ateísmo da sociedade ocidental.

Nesse ponto, impõe-se uma pergunta à qual nós igualmente devemos retornar: se o terrorismo é também alimentado por meio do fanatismo religioso (e ele o é), a religião é então um poder capaz de curar e salvar ou então, antes, um poder arcaico e perigoso que edifica falsos universalismos e, dessa forma, instiga a intolerância e o terror? A religião não deve, nesse caso, ser colocada sob a tutela da razão e ser cuidadosamente restringida? Com isso surge então a pergunta: quem pode fazer isso? Como se faz isso?

Mas a pergunta geral permanece: a gradual extinção da religião, sua superação, deve ser encarada como um progresso necessário da humanidade, a fim de que ela alcance o caminho da liberdade e da tolerância universal, ou não?

#### **A bomba atômica também é um produto da razão**

Nesse meio tempo, uma outra forma de poder foi deslocada para o primeiro plano, a qual, num primeiro momento, parece ser puramente benéfica e merecedora da aprovação de todos, mas, na realidade, pode se tornar um novo tipo de ameaça aos homens. O homem é agora capaz de fabricar homens, produzi-los, por assim dizer, em um vidro com reagente. O homem se torna produto, e com isso se altera a relação dos homens consigo mesmos no seu fundamento. Ele não é mais um presente da natureza ou do Deus criador; ele é seu próprio produto.

O homem desceu até o fundo do poço do poder, até a fonte de sua própria existência. A tentação de agora finalmente construir o homem direito, a tentação de fazer experimentos com humanos, a tentação de encarar os homens como lixo e eliminá-los não é uma fantasia de moralistas inimigos do progresso.

Quando antes se nos impôs a pergunta se a religião é realmente uma potência moral positiva, então agora deve emergir a incerteza acerca da confiabilidade da razão. Afinal de contas, a bomba atômica também é um produto da razão; afinal de contas, a criação e a seleção de seres humanos foram inventadas pela razão.

#### **A demarcação mútua entre religião e razão**

Portanto, agora a razão, inversamente, não deveria ser colocada sob supervisão? Mas por meio de quem ou de quê? Ou talvez a religião e a razão deveriam se demarcar mutuamente e cada uma deveria indicar os nichos da outra e a levar a seu caminho positivo?

Nesse ponto, faz-se outra vez a pergunta: como em uma sociedade mundial, com seus mecanismos de poder e suas forças incontroláveis - assim como com os diversos pontos de vista do que seja direito e moral - pode ser encontrada uma evidência ética válida que tenha força de motivação e realização suficientes para responder aos desafios mencionados e ajudar a resistir-lhes?

Primeiramente, é natural lançar-se um olhar nas situações históricas que são comparáveis às nossas, tanto quanto for possível verificar elementos de comparação.

Em todo caso, vale a pena lançar um breve olhar sobre o fato de que a Grécia conheceu suas "Luzes", que o direito legitimado pelos deuses perdeu sua certeza e de que se precisou indagar acerca dos mais profundos fundamentos do direito.

Assim nasceu o pensamento: do lado oposto ao direito legal, que pode ser injusto, deve haver um direito, deve certamente existir um direito que vem da natureza, que vem do ser do próprio homem. Esse direito deve ser encontrado e compõe, então, o corretivo para o direito positivo.

Mais próximo de nós, o olhar recai sobre uma dupla ruptura, que no começo dos tempos modernos se colocou a favor da consciência européia e forçou o caminho para os fundamentos de uma nova reflexão acerca do conteúdo e da fonte do direito.

#### **Direito natural. Um instrumento que se gastou**

Temos, inicialmente, o rompimento das fronteiras do mundo europeu, cristão, que se dá com o descobrimento da América.

Agora o homem se depara com povos que não tomaram contato com a estrutura cristã de crença e de direito, que até então fora a fonte do direito para todos e a ele dava sua forma. Não há nenhuma comunhão jurídica com esses povos.

Mas são eles então desprovidos de direito, como alguns afirmaram naquele tempo e como foi amplamente praticado por muito tempo, ou há um direito que perpassa todos os sistemas jurídicos, que aponta para homens como homens no seu ser um para o outro e os une? A segunda ruptura no mundo cristão ocorre dentro da própria cristandade pela fragmentação da fé, pela qual a comunidade de cristãos foi dividida - comunidades que se confrontaram reciprocamente em parte de maneira hostil.

Novamente, trata-se de desenvolver um direito comum que antecede o dogma, ao menos um direito mínimo, cujos fundamentos não devem mais repousar na fé, mas na natureza, na razão do homem.

O direito natural permaneceu sobretudo na Igreja Católica a figura de argumentação com a qual ela recorre - nas discussões com a sociedade secular e com as comunidades de outras crenças

- à razão comum e busca os fundamentos para o entendimento acerca dos princípios éticos do direito em uma sociedade secular plural.

Mas esse instrumento, infelizmente, se tornou gasto, e eu não gostaria, por isso, de me apoiar nele nesta discussão. A idéia do direito natural pressupõe uma noção de natureza na qual a natureza e a razão vão uma à outra. Essa visão da natureza, com a vitória da teoria da evolução, despedaçou-se.

### Os direitos humanos e a interculturalidade

Como último elemento do direito natural, o qual desejava ser, em um nível mais profundo, um direito racional, pelo menos nos tempos modernos, permaneceram os direitos humanos. Eles não são compreensíveis sem o pressuposto de que o homem como homem, simplesmente por sua filiação à espécie humana, é um sujeito de direitos, que sua existência carrega em si valores e normas que devem ser descobertos, mas não inventados.

Talvez à doutrina dos direitos humanos devesse hoje em dia ser acrescida uma doutrina acerca dos deveres humanos e dos limites do homem, e isso poderia ajudar a atualizar a pergunta se não pode haver uma razão da natureza e, portanto, um direito racional para os homens e sua posição no mundo.

Uma tal discussão deveria hoje ser constituída e exposta de maneira intercultural. Para os cristãos, tratar-se-ia da criação e do criador. No mundo indiano, a isso corresponderia o conceito de *dharma*, a legitimidade interna do ser; na tradição chinesa, a idéia das ordenações do céu.

Para mim, a interculturalidade compõe hoje uma dimensão indispensável para a discussão acerca dos fundamentos do ato de ser humano, que não pode ser conduzida nem unicamente dentro do universo cristão nem totalmente dentro de uma tradição racional ocidental.

Ambas parecem, de acordo com o modo como se compreendem, universais e pretendem sê-lo também de direito. Na realidade, elas precisam reconhecer que atingem somente partes da humanidade e também somente são inteligíveis a partes da humanidade. O número de culturas concorrentes é, de fato, muito mais limitado do que quer parecer em um primeiro olhar.

É importante, sobretudo, notar que dentro dos espaços culturais não há mais unidade, mas que todos os espaços culturais são moldados por tensões profundamente arraigadas em sua própria tradição cultural. No Ocidente, isso é bem evidente.

Mesmo quando a cultura secular de uma racionalidade restrita, acerca da qual Habermas nos deu um impressionante retrato, é amplamente dominante e entende a si mesma como elo, o entendimento cristão da realidade é, como tem sido até o momento, uma força efetiva. Ambos os pólos encontram-se em proximidade ou tensão diversas, em uma disposição de aprendizagem recíproca ou em uma recusa, mais ou menos enfática, de um em relação ao outro.

O espaço cultural islâmico também é moldado por semelhantes tensões; do absolutismo fanático de um Bin Laden até as posturas que estão abertas a uma racionalidade tolerante estende-se um vasto arco.

O terceiro grande espaço cultural, a cultura indiana, ou melhor, os espaços culturais do hinduísmo e do budismo, são, por sua vez, moldados por tensões semelhantes, mesmo que elas, ao menos para o nosso olhar, distingam-se de maneira menos dramática.

Também essas culturas se vêem sujeitas tanto à reivindicação da racionalidade ocidental quanto às interpelações da fé cristã, estando ambas presentes ali.

As culturas tribais da África e as culturas tribais da América Latina, novamente lembradas por certas teologias cristãs, completam esse quadro. Elas se mostram, de uma maneira ampla,

como alicerces de uma racionalidade ocidental mas também como alicerce da reivindicação universal da revelação cristã.

### **O *ethos* mundial permanece uma abstração**

O que decorre de tudo isso? Primeiramente, assim me parece, a não-universalidade factual das duas grandes culturas do Ocidente - a cultura da fé cristã assim como a cultura da racionalidade secular -, por mais que as duas, em todo o mundo e em todas as culturas, cada uma do seu modo, contribuam em sua configuração.

Nossa racionalização secular, por mais que ilumine nossa razão formada no Ocidente, não é sensata para qualquer "ratio"; ela, como racionalidade, em sua tentativa de se fazer evidente, se depara com limites. Sua evidência está factualmente vinculada a determinados contextos culturais e precisa reconhecer que, como tal, não pode ser compreendida por toda a humanidade e, por isso, nela, não pode operar nem mesmo de modo geral.

Em outras palavras, a fórmula mundial, seja ela racional, ética ou religiosa, com a qual todos concordam e que poderia então sustentar o todo, não existe. Em todo caso, ela é atualmente inalcançável. Por isso, o assim chamado *ethos* mundial permanece também uma abstração.

O que há então para ser feito? Em relação às conseqüências práticas, eu concordo amplamente com o que Habermas expôs acerca de uma sociedade pós-secular, acerca da disposição de aprendizagem e da autolimitação de ambos os lados. Eu gostaria então de resumir minha própria visão em duas teses e concluir com isso.

### **As perigosas patologias da religião e da razão. A purificação recíproca**

1) Nós vimos que há patologias na religião que são extremamente perigosas e que tornam necessário encarar a luz divina da razão como um, por assim dizer, órgão de controle, a partir do qual a religião sempre deve se deixar purificar e organizar novamente, o que foi, aliás, também a noção dos padres da igreja.

Em nossa reflexão, porém, mostrou-se que também há patologias da razão (do que, hoje em dia, a humanidade em geral não tem exatamente consciência), uma *hybris* da razão, a qual não é menos perigosa, ao contrário, devido à sua potencial eficiência, muito mais ameaçadora: a bomba atômica, o homem como produto. Por isso, por outro lado, a razão também deve ser lembrada em seus limites e aprender a disposição de ouvir as grandes tradições religiosas da humanidade. Quando ela se emancipa completamente e coloca de lado essa disposição de ouvir, essa capacidade de correlação, ela se torna destruidora.

Eu falaria de uma necessária correlação entre razão e fé, entre razão e religião, as quais são convocadas para uma purificação e salvação recíproca, que se carecem mutuamente e que precisam reconhecer isso.

### **A correlação polifônica**

2) Essa regra fundamental deve ser então concretizada, no contexto intercultural de nossa atualidade, de forma prática. Sem dúvida, são a fé cristã e o racionalismo secular ocidental as duas partes principais dessa correlação. Pode e deve-se dizer isso sem falso eurocentrismo.

Ambas as partes determinam a situação mundial em uma medida tal como nenhuma outra dentre as forças culturais. Mas isso certamente não significa que se deveria colocar de lado as outras culturas como uma espécie de "quantité négligeable" [em francês no original: "quantidade negligenciável"]. Isso seria com certeza uma *hybris* ocidental, pela qual nós pagaríamos caro e, em parte, já pagamos.

É importante para esses dois grandes componentes da cultura ocidental deixarem-se comprometer com um ouvir, com uma verdadeira correlação com essas culturas. É importante



levá-las para dentro na tentativa de uma correlação polifônica, na qual elas próprias se abram para uma complementaridade essencial entre razão e fé, de modo que um processo universal de purificação possa se desenvolver, no qual as normas e os valores essenciais de alguma forma conhecidos ou pressentidos por todos os homens possam adquirir uma nova intensidade luminosa, de sorte que novamente possa vigorar na humanidade aquilo que segura o mundo.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## Entrevista da semana

### SOCIÓLOGO VÊ NEOGETULISMO EM PRESIDENTE

#### Entrevista com Ricardo Antunes

Para o sociólogo Ricardo Antunes, entrevistado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, na edição de 19 de abril de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva preserva traços negativos do getulismo e desmonta traços positivos. Torna-se, assim, expressão daquilo que, como líder sindical, condenava há 30 anos. Ricardo Antunes é professor titular de sociologia do trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Publicou diversos livros entre os quais destacamos **A Rebeldia do Trabalho** (Campinas: Unicamp, 1986); **Adeus ao Trabalho?** (São Paulo: Cortez, 1998); **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmção e a Negação do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004. . O professor, escritor e pesquisador concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line** na 98ª edição, de 26 de abril de 2004, sobre o lugar do trabalho na sociedade contemporânea. Dele, **IHU On-Line** também publicou uma entrevista na 97ª edição, de 19 de abril de 2004, e um artigo na 65ª edição, de 23 de junho de 2003, sobre a sociedade de classes a partir dos livros: HIRANO, Sedi. **Castas, Estamentos & Classes Sociais**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002; EDER, Klaus, **A Nova Política de Classes**. Bauru: Edusc, 2002; e SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de Posições de Classe no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. Também participou da 129ª edição, número especial, publicado em janeiro de 2005, com o artigo *A subversão do capital e os sentidos do trabalho*, comentando a entrevista que **IHU On-Line** realizou com o sociólogo André Gorz, publicada na mesma ocasião. Antunes foi novamente entrevistado na 132ª edição do **IHU On-Line**, de 14 de março de 2005, sobre os 20 anos da Nova República.

#### Folha - Como era o sindicalismo há 30 anos?

**Ricardo Antunes** - Nesse período entre 1975 e 1978, que marca a retomada de um novo sindicalismo brasileiro após o golpe de 1964, era um sindicalismo "apolítico". A luta econômica era muito forte. Havia uma aversão à política. A classe trabalhadora queria voltar a ser considerada no quadro nacional e, depois, falar por si. Lula recusava os políticos que falavam em nome da classe trabalhadora, mas que não a representavam.

#### Folha - Essa fase "apolítica" dura quanto tempo?

**Antunes** - Começa a se alterar a partir dos anos 1979 e 1980, quando há grandes greves. Era claro, depois das greves do ABC, que era preciso um sindicalismo independente do Estado e que se definisse politicamente em oposição à ditadura. Era uma reivindicação muito forte da CUT a independência política clara e cabal em relação ao Estado. Nos anos 1980, há uma recusa forte à idéia do sindicalismo atrelado ao Estado, porque se sabia que era uma das

principais mazelas do sindicalismo brasileiro. É uma ironia da história. A reforma sindical do governo Lula mantém um traço estadista que é continuidade do getulismo<sup>13</sup>.

**Folha - E o sindicalismo hoje?**

**Antunes** - Ele adquiriu traços novos, que podem ser vistos na configuração da CUT. Ela abandonou o vínculo que tinha com as lutas sociais e hoje é muito mais negocial e distante da base. A simbiose entre CUT e governo Lula é intensa, um tipo de neogetulismo.

**Folha - Como agiu Lula nessa mudança?**

**Antunes** - Lula passou por um monumental processo de regressão social, política e ideológica. Lula foi o nosso líder sindical mais importante no século XX. Nunca houve um líder sindical com a densidade social dele. Essa densidade, desnecessário dizer, ficou nos anos 1980. A densidade dele hoje é de outro tipo. Tornou-se um político profissional, líder de uma máquina partidária que pratica o poder de modo igual aos partidos que criticou. Hoje valem a política tradicional e muito pouco os interesses dos trabalhadores.

**Folha - Lula pode ser alvo das críticas que ele fazia 30 anos atrás?**

**Antunes** - Certamente. Ele foi tragado por aquilo que ele, como ninguém, denunciou nos anos 1970. Hoje ele é a expressão daquilo que condenava há 30 anos.

**Folha - Quais são as perspectivas para o sindicalismo?**

**Antunes** - Um desafio fundamental é representar a totalidade da classe trabalhadora, que é estável e instável, qualificada e não-qualificada. O quadro atual nos coloca um desafio: não basta um sindicalismo herdeiro do peleguismo e não basta o sindicalismo negocial. A terceira alternativa é um sindicalismo que faça a reivindicação econômica articulada com uma atuação sociopolítica.

**Folha - Por qual caminho o sindicalismo vai seguir?**

**Antunes** - Se a reforma sindical proposta pelo governo for aprovada, o que penso que seria negativo, teremos uma cupulização forte e vai fortalecer especialmente a segunda tendência. Se não for aprovada, fortalecerá a retomada do sindicalismo de base.

**Folha - Ou seja, o governo Lula não contribui...**

**Antunes** - Ao contrário. A legislação social no Brasil foi criada por Getúlio, um estancieiro que, sob pressão dos trabalhadores, foi forçado a criar uma legislação social protetora do trabalho. Falo da legislação trabalhista - que é positiva -, não da sindical. Agora cabe a um artífice metalúrgico, sob pressão dos capitais, destruir a legislação do trabalho criada por Getúlio e, desse modo, reestruturar a dimensão sindical no Brasil, ao contrário das bandeiras pelas quais os sindicatos lutavam na segunda metade dos anos 1970 e 1980.

**Folha - Essas mudanças são positivas ou negativas?**

**Antunes** - Negativas. Os traços negativos ele preserva, e os traços positivos do getulismo, que eram decorrentes das lutas sociais, esses traços da legislação social do trabalho, pela qual os trabalhadores lutavam desde o século 19, esse traço o Lula está desmontando.

---

<sup>13</sup> Conferir o *Caderno IHU em formação* número 1, publicado pelo Instituto Humanitas Unisinos, em 2004, intitulado *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*. A versão eletrônica encontra-se disponível no sítio [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu) (Nota do *IHU On-Line*).

[\(Voltar ao índice\)](#)

## Deu nos jornais

### **Bento XVI não será um papa de transição**

“Será Bento XVI um Papa de transição? A minha resposta é definitivamente não. Será, sim, um Papa que deixará uma marca muito pessoal na História”, afirma peremptoriamente o Pe. Jesús Hortal, jesuíta, reitor da PUC-Rio em artigo publicado dia 20-4-05, no **Jornal do Brasil**. Para o padre Hortal, “perante a eleição do novo Papa, Bento XVI, não são poucos os que afirmam que ele será um “Papa de transição”. Não me parece que seja esse o qualificativo mais apropriado. Não teremos, certamente, um pontificado longo, como foi o de João Paulo II. Mas isso não significa que não tenha um caráter próprio, ou que seja um simples tempo de espera. Ao contrário, quem conheceu o Cardeal Joseph Ratzinger sabe muito bem que ele não é uma pessoa que se conforme em desempenhar um papel secundário”.

### **É preciso dar-lhe um tempo, afirma Hans Küng**

Hans Küng, teólogo alemão, profundo conhecedor de Ratzinger, pois ambos foram peritos do Concílio Vaticano II, escreve o seguinte artigo, publicado dia 20-4-05, no jornal **El País**: “A eleição do cardeal Joseph Ratzinger como novo Papa é uma imensa decepção para inúmeras pessoas que esperavam a nomeação de um Papa reformista, entregue às necessidades espirituais da Igreja. Mas é preciso que se lhe dê um tempo. A experiência nos ensina que ocupar o lugar de Pedro na Igreja Católica de hoje supõe um desafio, que é capaz de transformar qualquer um: pode-se chegar ao conclave como cardeal progressista e sair convertido num Papa conservador (Montini – Paulo VI), ou bem, chegar ao conclave como cardeal conservador e sair convertido num Papa progressista” (Roncalli – João XXIII).

### **Ex-colega, jesuíta prevê “inovação”**

“O fato de ter sido escolhido com tanta rapidez mostra que houve um acordo quanto à descrição feita do estado de crise [da Igreja]. Como escolheram Ratzinger, que tem mostrado uma certa firmeza em alguns pontos, talvez tenha prevalecido a descrição da Igreja atual como um barco que está fazendo água, segundo ele próprio falou”, avalia o Pe. Mário de França Miranda, teólogo, ex-membro da Comissão Teológica Internacional e professor da PUC-Rio, em entrevista publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de 20-4-05. Segundo ele, Bento XVI não é uma mera continuidade de João Paulo II. “Até agora, ele foi submisso ao Papa anterior. Estava a serviço de João Paulo II. Comungavam de muitas idéias, mas são pessoas de formações muito diferentes. Ratzinger tem uma formação teológica muito mais forte. É o último remanescente do Concílio Vaticano II, onde entrou com 35 anos”.

### **A destituição do presidente equatoriano é ilegal e inconstitucional**

“O que se fez foi absolutamente ilegal e inconstitucional. Foi ridículo. O Congresso não tem atribuições para destituir um presidente dessa maneira, tem de haver um julgamento político, não pode ser feito por maioria simples, as causas invocadas foram absolutamente grotescas e se fez numa sessão totalmente irregular, sem o devido processo”, afirma Fernando Bustamante, professor de ciência política da Universidade San Francisco de Quito, comentando a queda do presidente Gutiérrez do Equador, em entrevista publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, 21-4-05. “Dito isso, o presidente também estava totalmente fora da lei. Não existe

estado de direito, é tudo "de facto". Como era também "de facto" o que se estava fazendo do outro lado [Gutiérrez]. O que acontece é que, como não há estado de direito, tudo vale. O que destituiu Gutiérrez não foi a decisão do Congresso, que foi patética, senão simplesmente o fato de o comando militar ter retirado seu apoio, e a multidão nas ruas". E continua: "De alguma maneira, o que acaba de ocorrer é um golpe. Mas eles [os militares] deixam a impressão de que o poder ficou nas mãos de um civil independente que conta com o apoio de alguns partidos políticos".

#### **Há um sentimento antipolítico no Equador. Uma sensação de asco cidadão**

"Realmente as pessoas que foram às ruas arriscar suas vidas não o fizeram para que ele assumisse o poder com o respaldo de partidos políticos que eram de oposição a Gutiérrez e que agora são do governo. As pessoas estão contra a elite política em seu conjunto, que é vista como horrivelmente inepta e corrupta. Todos, Gutiérrez e seus inimigos. O que há é um sentimento antipolítico. E a única coisa que Palacio representa é um simulacro de sucessão constitucional, dado que, como vice-presidente, é apresentável como uma figura democrática", constata Fernando Bustamante, na entrevista acima citada. Comparando com as crises políticas anteriores que, desde 1996, derrubaram vários presidentes, o cientista político afirma: "A diferença é que agora as pessoas, nas ruas, talvez não tenham sido conduzidas nem dirigidas por partidos políticos. Foi uma autoconvocatória cidadã, que surgiu de maneira espontânea, fora dos partidos. A queda de [Gustavo] Noboa teve um componente econômico claro, a de [Abdalá] Bucarám não, e esta tampouco. A economia está bem. É por razões estritamente políticas: a inconstitucionalidade, a luta entre caudilhos políticos que vêm controlando o Estado atropelando as leis e a sensação das pessoas de que estão nas mãos de uma elite política extremadamente corrupta. Há uma sensação de asco cidadão".

#### **Derrota na OMC põe Brasil na defensiva**

A eliminação do candidato brasileiro Luiz Felipe de Seixas Corrêa na primeira rodada de escolha do novo diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi o maior fiasco diplomático do governo Lula. A derrota e o isolamento do país podem afetar sua influência e capacidade de articulação na Rodada Doha. A constatação está publicada no jornal **Valor**, 18-4-05. A falta de apoio regional foi fundamental para a derrota. Segundo especialistas em comércio exterior, o não-apoio a Seixas Corrêa reflete uma resistência dos países da América Latina à liderança brasileira na região, considerada muito "impositiva". A candidatura do uruguaio Perez de Castillo também saiu enfraquecida. Ele ficou em terceiro lugar na votação e pode ser o próximo eliminado. O Itamaraty insistiu na falta de transparência do processo e foi acompanhado apenas pela China e Índia. Para um negociador do G-20, "o Brasil cresceu demais na OMC e esta foi a oportunidade para dar-lhe uma bordoadá".

#### **Em menos de um ano, é a segunda vez que governo Lula fica sem apoio dos vizinhos**

A derrota de Seixas na OMC confirma que o País está com problemas inclusive na área mais próxima, o Cone Sul. Em menos de um ano, esta foi a segunda derrota diplomática do governo Lula na cena multilateral por não contar com o apoio dos vizinhos, segundo o jornal **Valor**, 18-4-05. A primeira foi na Organização Internacional do Trabalho (OIT) em junho do ano passado. O governo gastou meses articulando a conquista da presidência da entidade, pela carga simbólica para o governo dirigido por um ex-sindicalista. O cargo era destinado em 2004 à América Latina. Mas o candidato brasileiro, o ministro Ricardo Berzoini, foi derrotado por um ministro da República Dominicana apoiado pelos Estados Unidos e México, que apareceu semanas antes. O brasileiro perdeu por 14 a 12. O Haiti, para onde o país estava enviando tropas na missão de

paz, mudou seu voto em cima da hora. O sócio Paraguai sequer apareceu. Na cena comercial em Genebra, uma opinião amplamente compartilhada é que o lançamento da candidatura à OMC não teve o selo de qualidade histórica da diplomacia brasileira. "Ela teve 90% de audácia e só 10% de realismo e não dá para repetir isso nas negociações de Doha", resume Rubens Ricupero, o outro brasileiro que chegou a ter sua candidatura formalizada para disputar a OMC, em 1995, mas foi retirada após o escândalo das parabólicas. "Sacrificaram por nada aquele que é o inventor e o articulador do G-20".

#### **“A classe A acha que novela é uma coisa menor”**

A declaração é do novelista Agnaldo Silva em entrevista concedida à Fernanda Dannemann para a **Revista Cult** nº. 91, abril de 2005. “Os intelectuais acham que o povo precisa ser orientado e ensinado. Eu acho que o povo não precisa disso”, completa. Em sua opinião, para se escrever uma novela é necessário aprender a dizer coisas profundas com simplicidade, numa linguagem popular, ao estilo do que fez em *Senhora do Destino*, recordista absoluta de audiência na TV Globo. Junto dessa fórmula, a abordagem de temas como a homossexualidade em suas diferentes facetas e sem o crivo do preconceito, explica Agnaldo, torna o enredo mais interessante ao público. Contra a afirmação de que a novela é nociva para as futuras gerações ao abordar o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, Agnaldo defende que elas são menos perniciosas do que os desfiles de Carnaval, onde a heterossexualidade está sendo encarada de forma exacerbada. “O desfile das escolas de samba, sim, é um mau exemplo para as crianças”, opina. Ele explica que se inventou, no Brasil, um protótipo de sensualidade inculcado nas meninas, que cedo passam a acreditar serem “um vulcão de sensualidade”, já dos dez anos em diante. Por esse motivo, confessa, criou a personagem adolescente grávida: “(...) porque passei três vezes na frente de uma maternidade do Estado e vi que na fila das grávidas, onde havia umas 30 mulheres, pelo menos 20 eram adolescentes, e pelo menos duas não teriam mais que 11 anos”. O **IHU On-Line** número 131, de 7 de março de 2005, publicou uma ampla matéria de capa sobre a novela *Senhora do Destino*.

#### **“Como é que nós chegamos ao ponto de paralisar 45 milhões de pessoas?”**

Ao mesmo tempo em que planeja sua próxima novela, paradoxalmente, Agnaldo questiona-se sobre como é possível uma trama paralisar 45 milhões de pessoas, guindando personagens como a vilã Nazaré, interpretada pela atriz Renata Sorrah, a tornar-se “mais importante que o presidente da República”. O problema é que, para muitas pessoas no Brasil, a novela seria uma das únicas ocupações, durante a vida inteira, enquanto em lugares como Buenos Aires existe uma livraria a cada cem metros, pondera. Sobre o fenômeno dos *reality shows*, Agnaldo admite que seu sucesso vem de possuírem os mesmos elementos que uma novela, como os personagens que “interpretam” diferentes papéis. Aliás, o futuro da televisão brasileira, sustenta o novelista, é a novela, “produto que dá lucro” e que “ocupou os horários nobres da TV e ficou insubstituível”.

#### **Novela brasileira e filme iraniano**

Na opinião de Agnaldo, os jornalistas brasileiros demonstram um “desdém programado” a respeito das novelas, uma vez que não seria de bom-tom dizer gostar desse tipo de programa. Muitos preferem, alfineta ele, gostar “de filme iraniano, que é insuportavelmente ruim”, mas que está na moda. A novela, taxada de apelativa e irreal, é colocada de lado como um produto menor. Surpreendentemente, revela Agnaldo, cuja formação é jornalismo, profissão que desempenhou até 1978, na noite em que era exibido o último capítulo de *Senhora do Destino*,

um jornalista da **Folha de São Paulo** enviou-lhe um e-mail dizendo que a redação estava parada assistindo ao final da trama. Será que a mobilização seria a mesma assistindo a um filme iraniano?

### **Católicos divorciados e unidade dos cristãos. Os primeiros pronunciamentos**

Admissão aos sacramentos dos católicos que casaram novamente; elevação de 75 para 80 anos da idade de jubilação dos bispos e dois importantes pronunciamentos ecumênicos concebidos para relançar o tema da unidade dos cristãos é o que espera o novo prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, segundo informa o jornal **La Repubblica**, 22-4-05. Os nomes comentados para assumir o posto são Bruno Forte, arcebispo de Chieri, Tarcísio Bertone, arcebispo de Gênova, Schönborn, arcebispo de Viena e André Mutien Leonard, arcebispo de Namur.

### **A Igreja escolheu um combatente**

“Diferentemente de João Paulo II, do qual se conhecia quase nada quando foi eleito Papa, do Papa Ratzinger se conhece muito. Pois ele escreveu e trabalhou sob os olhos de todos, ocupou um cargo da máxima importância e colaborou intimamente com o seu predecessor”, escreve o jornalista italiano Eugenio Scalfari no jornal por ele fundado **La Repubblica**, 21-4-05. Para ele, “os fundamentos do pensamento de Ratzinger estão, especialmente, expressos em dois textos: o primeiro é a declaração *Dominus Jesus*, difundida por ele no dia 6 de agosto de 2000, no dia da Transfiguração do Senhor; o segundo é a homilia pronunciada no início do Conclave”. “O nome assumido pode ser que se refere à memória de Bento XV, o Papa que definiu a guerra como uma tragédia inútil; mas provavelmente mais ainda o nome se refere a São Bento que fundou a Ordem dos beneditinos e iniciou o grande movimento do monaquismo, destinado a evangelizar a Europa”, escreve Scalfari. Segundo Scalfari, “é necessário dizer que – coisa importante – o Papa Ratzinger excluiu a compatibilidade da Igreja com os assim chamados ‘ateus devotos’ ou *teo-con*, aqueles que querem usar a Igreja como instrumento político sem aderir aos valores da fé. O seu modelo não é uma Igreja necessariamente de massa que, como se afirmou dos muitos seguidores de Wojtyla, amavam o cantor mas não a canção. O modelo de Bento XVI parece muito mais ser uma Igreja missionária, animada por uma fé inabalável e destinada a retomar a evangelização da Europa, do Ocidente descristianizado e do mundo. Um retorno forte ao patrimônio identitário da catolicidade apostólico-romana que mantenha o diálogo mas a partir de posições firmíssimas de força”. Enfim, afirma Scalfari, “a Igreja escolheu um combatente. Certamente terá avaliado os prós e os contras desta escolha”.

### **A relação entre direito e moral, segundo Ratzinger**

Scalfari ressalta dois aspectos do pensamento de Ratzinger expressos numa entrevista publicada no jornal **La Repubblica** no dia 19 de janeiro de 2004. “O primeiro aspecto, afirma Scalfari, diz respeito à relação entre o direito e a moral. De um homem de Igreja e de elevada espiritualidade, esperaria a tese que afirma que a moral cria o direito. Mas não, o verdadeiro é o contrário. Para Ratzinger, “o direito cria a moral ou uma forma de moral, porque as pessoas normais, comumente, aceitam que o aquilo que é afirmado pelo direito é também o que moralmente é lícito”. Para Scalfari, “esta afirmação é muito importante. E também é muito grave. “As pessoas normais”, no pensamento do novo Papa são, portanto, de tal forma fracas, desprovidas, irresponsáveis, que constroem a própria moral sobre a base de uma lei e, portanto, sobre aquilo que estatui o poder político”. “A tese é ainda melhor explicada numa outra passagem daquela entrevista: “O homem de hoje é manipulado pelo mercado, pela mídia, pelas modas. O problema é que, hoje, a religião e a moral parecem pertencer somente à esfera

do sujeito. Conseqüentemente, a religião perde importância na formação da consciência comum”. Scalfari pergunta: “O que se desprende de um pensamento tão pessimista da natureza humana que faz depender a ética do direito e da manipulação da mídia? Depreende-se que a Igreja, para opor-se a esta deriva, deve utilizar no sustento da fé e da sua moral o direito e os instrumentos que servem para manipular as consciências e ganhar a adesão. É estupefante que seja esta a convicção no novo chefe da Igreja”. “Observo, escreve Scalfari, que grande parte do precedente pontificado usou com todas as mãos o mundo midiático; nestes últimos meses o instrumento midiático se colocou a serviço da Igreja sem exceção. Ouvimos muitas vezes jornalistas na TV assegurar que o Espírito Santo estava guiando as escolhas do Sacro Colégio como se tratasse de uma notícia objetiva. Eis porque a Igreja reclama um ‘espaço público’ para as suas pregações”. E Scalfari pergunta: “O que significa afirmar que o direito cria a moral e não vice-versa, se não garantir o objetivo de controlar a formação das normas e dos instrumentos que os transformam em manipulação das consciências? O que significa difundir a idéia que o relativismo não é outra coisa que não abandonar a consciência individual ao vento das modas?” Segundo Scalfari, “Papa Wojtyla era um padre camponês com um conceito arcaico da religião, mas o resgatava aos olhos dos não crentes pela autenticidade e a espontaneidade das suas motivações, pouco teológicas e muito radicadas na sua experiência. Depois dele, se diz, se queria um Papa doutrinário, teológico, capaz de se confrontar com a descrença moderna. Não creio que para levar a frente um tal confronto ajude usar conscientemente as técnicas da manipulação. Ou seja, usar os instrumentos da modernidade contra a modernidade”. E conclui: “Para todos os que reivindicam a autonomia responsável da consciência individual este poderá um belo desafio”.

#### Ratzinger e Küng foram professores em Tübingen

Ratzinger lecionou na célebre Universidade de Tübingen, entre 1966 e 1969. Foi professor de dogmática e teologia fundamental. Quem o convidou para lecionar ali foi o teólogo suíço Hans Küng. Foram três anos de desafios dialéticos, de discussões acirradas sobre ética e moral. Três anos, segundo reportagem do jornal **La Repubblica**, 21-4-05, nos quais a amizade entre os dois se transformou numa profunda rivalidade dogmática. Kiriakis Machendis, bibliotecário da Universidade testemunha: “Ratzinger foi nomeado Papa e aqui, um foi professor, ninguém exultou”. Realmente, em Tübingen não houve nenhuma manifestação, nenhuma comemoração. Richard Puxa, professor de Direito Canônico era reitor da Faculdade de Teologia de Tübingen, em 1980, quando Küng foi cassado. “Ratzinger cada vez que mudou de função, mudou de opinião”, observa o professor Puxa que recorda: “Gostamos muitíssimo do seu livro **Povo de Deus**. Küng e ele participaram do Concílio Vaticano II. Quando voltaram de Roma deram muitas interessantes conferências. Foram, talvez, os anos mais brilhantes desta faculdade”. E num tom de lamento, Puxa constata que “esta faculdade nasceu no final do século XIX. E tornou-se, talvez, a mais famosa do mundo: não por acaso se fala da escola de Tübingen, quando se fala de nós. Somos atentos aos problemas éticos da modernidade. Por exemplo, um dos nossos mais famosos professores, Dietmar Mieth, especialista em bioética, parte de uma ética autônoma e humana, isto é, não começa com os princípios da *Igreja Católica*”. Ou seja, dá-se prioridade às problemáticas contingentes que a ética atual apresenta para conciliá-la, depois, com a dogmática tradicional. E não o contrário como é feito em Roma, segundo o jornal **La Repubblica**, 21-4-05. Há duas semanas, Puxa, juntamente com 35 estudantes da faculdade estiveram em Roma e falaram longamente com o cardeal Kasper. “Falamos três horas com ele. Ratzinger era ainda cardeal. Kasper nos disse que duas eram as coisas mais importantes, na linha política do futuro Papa: uma nova organização interna da Igreja e o ecumenismo; eu acrescento que será muito importante ver como Bento XVI responderá à questão do Islã. Além

disso acho que a Europa não pode ser o centro exclusivo da cristandade. No entanto, esperemos. Ratzinger é um homem claro”.

### O desafio do ecumenismo, um problema político

“Joseph Ratzinger se inscreve numa tradição antimodernista, antilaicista, mas ele compreendeu que ele nada pode fazer se o ecumenismo cristão não avança. Não é um ecumenismo de coração, mas de razão, pressionado pelo crescimento do islã e das religiões não cristãs”. A opinião é do historiador alemão Rudolf von Thadden, em entrevista publicada pelo jornal francês *Le Monde*, 22-4-05. “Mas até onde ir?”, pergunta o historiador alemão. Segundo ele, “em 2004, ele aceitou que se realizasse, em Berlim, a realização conjunta dos congressos das Igrejas católica e protestante da Alemanha, mas não aceitou a eucaristia, a comunhão em comum. É neste ponto que os protestantes e também os católicos esperam um movimento”. Segundo o historiador, “no século XIX, o protestantismo se tornou a primeira potência cultural da Alemanha: Goethe, Hegel, Kant são protestantes. Os bispos católicos necessitam de socorro. Eles estão muito isolados. Eles dependem muito do Vaticano. O catolicismo do século XIX não se tornou somente antiprotestante, mas também antiliberal, antirevolução francesa, antimodernista. Isto obriga que o protestantismo reaja. É a Kulturkampf. O movimento de modernização da Alemanha sob Bismarck é acompanhado pela reforma do protestantismo, com a aparição dos sínodos, que reforçam o papel dos fiéis leigos na Igreja. O movimento de secularização chega à escola. Bismarck impõe um caminho que fica no metade entre o fundamentalismo religioso e o laicismo francês”. Para o historiador alemão, “é necessário que os cristãos se entendam no debate com o islã. É aí que o protestantismo pode recomeçar a jogar um papel importante. Para um protestante, não há diálogo possível com o islã sem as Luzes, nem cristandade sem as Luzes. Como não é possível ter Lutero sem Kant. O ecumenismo é mais político do que se crê. Se o Vaticano não aceita estas duas idéias, não haverá progresso possível. Kant, é a reconciliação de Deus e da razão. É também uma fórmula contra os fundamentalismos americanos”.

### Bento XVI é membro da Academia Francesa de Ciências Morais e Políticas

O novo Papa é acadêmico, na França, da prestigiosa Academia das Ciências Morais e Políticas, criada no século XVIII e herdeira das Luzes. É a primeira vez que um papa pertence a esta Academia. Ele assumiu o cargo em 1992, substituindo o dissidente soviético Andrei Sakharov. A notícia foi publicada pelo jornal *Le Monde*, 20-4-04.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## Frases da semana

### Hoje, o banco é um negócio superlucrativo. Uma distorção

*“Nós formamos um banco exatamente para evitar pagar aquilo que pagávamos aos bancos para nossas operações. Por isso fundamos um banco. Hoje, o banco é um negócio superlucrativo e organizado. Nós queríamos evitar certos pagamentos que se faziam de graça para certos camaradas financeiros. Nós preferimos ficar dentro de casa. Só que, naturalmente, o negócio é tão bom que cresceu demais. O negócio é o seguinte: o lucro do Banco Votorantim é quase igual ao da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). A CBA lucrou uns R\$ 650 milhões no ano passado”.* – Antonio Ermírio de Morais, empresário – *Folha de S. Paulo*, 17-4-05.



*“Fico triste por ver que uma coisa tão fácil ganha mais do que um negócio que me tomou a vida inteira para trabalhar, um trabalhão há 50 anos. O banco (Votorantim) é muito fácil e, basicamente, o lucro do banco é igual ao da CBA. Não tenho prazer nisso, fico até triste, não é prazer, não. É uma distorção”.* - **Antonio Ermírio de Moraes**, empresário – **Folha de S. Paulo**, 17-4-05.

*“A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) hoje emprega mais de 5.500 pessoas. O banco (Votorantim) tem umas 370, 400 pessoas”.* - **Antonio Ermírio de Moraes**, empresário – **Folha de S. Paulo**, 17-4-05.

#### **O reino de Deus continua**

*“O reino de Deus continua. Passa bispo, passa papa, passa príncipe, passa rei. Nós devemos continuar nosso trabalho com muita esperança, relativizando o que é relativo. E não desanimar por nada”.* – **D. Pedro Casaldáliga**, bispo emérito de S. Félix do Araguaia - **Folha de S. Paulo**, 21-4-05.

*“Seu estado de saúde (de Ratzinger) é muito complexo e muito frágil. E a idade não ajuda muito. Rezo por ele e espero que se cuide, embora ele seja muito generoso, e sei que não o fará”.* – **Vittorio Messori**, escritor, amigo pessoal de Bento XVI. Messori publicou um livro conjuntamente com cardeal Ratzinger - **El País**, 22-4-05.

#### **O socialismo segundo Ratzinger**

*“Em muitas questões, o socialismo democrático era e é mais próximo da doutrina social católica e, de qualquer maneira, contribuiu consideravelmente para a formação de uma consciência social”.* - **Joseph Ratzinger**, Lectio Magistralis no Senado italiano, 2004 - **El País**, 24-4-05.

#### **Eu estou presidente, afirma Lula**

*“Eu não sou presidente, eu estou presidente, e, quando deixar a Presidência, pode ficar certo, companheiro Marinho, que me verá em muitas assembleias no Sindicato dos Metalúrgicos, porque eu estou presidente, mas o que eu sou mesmo é um dirigente sindical, que acha que através do movimento sindical a gente pode dar contribuições enormes para as coisas mudarem no Brasil e em outros países”.* – **Luís Inácio Lula da Silva**, Presidente da República - **Folha de S. Paulo**, 21-4-05.

#### **Condoleeza Rice e a energia nuclear brasileira**

*“Eu não tenho preocupação, por exemplo, de que o Brasil procure desenvolver armas nucleares. O Brasil procura energia nuclear com fins civis”.* – **Condoleeza Rice**, secretária de Estado dos EUA - **Folha de S. Paulo**, 22-4-05.

#### **Prestes se encontra com D. Cláudio**

*“Antes de mim, (no dia 1º de maio de 1996) falou Luiz Carlos Prestes, que já estava idoso. Eu subia ao palco, quando ele descia. Eu o saudei. Tinha que dizer algo a ele, porque eu era o bispo. E eu disse: “Luís Carlos, eu estou aqui pela causa de Jesus Cristo”. E ele me olhou: “E eu, em nome da ciência”. Ele tinha a convicção de que o marxismo era científico”.* – **D. Cláudio Hummes**, cardeal-arcebispo de S. Paulo - **O Globo**, 22-4-05.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## EVENTOS IHU

### IHU Idéias

#### TEOLOGIA DO DIALOGO INTER-RELIGIOSO

O último **IHU Idéias** do mês de abril de 2005 acontecerá no próximo dia 28 e terá como tema *Teologia do Diálogo Inter-Religioso*. O assunto será desenvolvido pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cleusa Maria Andreatta, professora na Unisinos, coordenadora do Programa Teologia Pública, do IHU, e colaboradora do Programa Gestando o Diálogo Inter-Religioso e o Ecumenismo (GDirec), da Unisinos. Graduada em Teologia e em Filosofia pela PUCRS, Cleusa é mestre em Teologia pelo Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (CES), com a dissertação *A Existência Humana à Luz de Deus Crucificado* na obra *O Deus crucificado. A cruz de Cristo como base e crítica de toda a teologia cristã*, de Jürgen Moltmann. A professora também se doutorou em Teologia pela PUCRJ, com a tese intitulada *Experiência salvífica cristã e pluralismo religioso em Edward Schillebeeckx*. Cleusa Andreatta é autora do **Cadernos Teologia Pública** número 6, de 2004, intitulado **Teologia e Diálogo Inter-Religioso**. Sua história de vida foi contada na editoria *IHU Repórter*, da 136ª edição do **IHU On-Line**, de 11 de abril de 2005. **IHU Idéias** é um evento semanal gratuito, que acontece às quintas-feiras, das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do IHU. A entrevista que segue foi concedida por e-mail, na última semana.

#### **IHU On-Line - O que se entende por teologia do diálogo inter-religioso?**

**Cleusa Andreatta** - Falando estritamente da teologia cristã, a "teologia do diálogo inter-religioso" deita suas raízes na experiência cristã de Deus e na experiência de vivermos num cenário sociocultural caracterizado pelo pluralismo religioso, pela convivência inter-religiosa em diversos níveis. Esta dupla experiência carrega consigo várias implicações para a Teologia. Ela exige uma nova explicitação das afirmações fundamentais da fé cristã em meio a várias outras afirmações de fé religiosa. A convivência inter-religiosa levanta questões novas sobre nossa própria fé e exige esclarecer sempre de novo a identidade cristã. Ao mesmo tempo, a Teologia é desafiada a compreender o significado do pluralismo religioso à luz da fé cristã ou, dito de outra forma, a buscar uma compreensão cristã do pluralismo religioso e das diversas religiões. Com isso, eu diria que, mais do que teologia do diálogo inter-religioso temos que desenvolver uma teologia em diálogo. No serviço que presta à fé cristã, a Teologia está a serviço do Reino de Deus e, por isso mesmo, a serviço da vida da humanidade e de toda a criação nas situações bem concretas de sua realização. Tendo a sua frente este horizonte mais amplo, a Teologia reconhece que o projeto do Reino de Deus e do Deus do Reino tem fronteiras bem mais amplas que as das realizações da fé cristã e do próprio cristianismo. Por isso mesmo, a fé cristã deve ser capaz de se deixar questionar por outras experiências de fé e também deve ser capaz de questioná-las, discernindo caminhos e engajamentos coerentes. E para isso a Teologia tem uma tarefa bem concreta. Por outro lado, uma teologia em e do diálogo inter-religioso leva a sério as dificuldades e limites da convivência inter-religiosa, com todos os problemas e conflitos que observamos neste campo, bem como com as possibilidades que se abrem em nossos dias para a contribuição das religiões na construção de um "outro mundo possível". Nesse sentido, a Teologia pode prestar importante serviço para a aproximação amistosa e para a parceria entre religiões. Estamos falando aqui de uma teologia cristã das religiões, mas a tarefa de

desenvolver uma teologia comprometida com o diálogo inter-religioso é tarefa que compromete todas as religiões com suas respectivas experiências de fé.

***IHU On-Line - Quais os elementos que devem ser levados em conta para fazer uma teologia do diálogo inter-religioso?***

**Cleusa Andreatta** - A Teologia em geral conta com duas fontes básicas: a experiência cristã da revelação de Deus e as experiências humanas atuais. Qualquer reflexão teológica cristã sobre as experiências atuais de convivência inter-religiosa precisará estar fundada na revelação cristã. É preciso levar a sério as conseqüências da afirmação fundamental de que o desejo salvífico de Deus se estende a todos os povos e a toda a criação. Mas juntamente com isso, uma teologia cristã também deverá levar a sério a tarefa de esclarecer o que há de único na experiência cristã de revelação, o que define a identidade cristã. A articulação destes dois aspectos implica abertura para reconhecer que outras religiões também têm algo de único, uma identidade própria que é legítima. Por outro lado, temos que levar em conta os pressupostos do diálogo. Eu destaco aqui especialmente quatro destes pressupostos, os quais devem andar juntos. Um deles é a afirmação da própria identidade. Afirmação da identidade não se opõe ao diálogo, mas é condição para o diálogo. Entretanto, devemos ter cuidado com o modo com que afirmamos nossa identidade. Aqui entra outro pressuposto, que é a necessidade de superação de atitudes de superioridade e discriminação em relação às experiências religiosas dos outros. Diálogo pressupõe igualdade entre parceiros e parceiras. Não se trata de assumir a idéia ingênua e acrítica de que todas as religiões são iguais. Efetivamente as religiões não são iguais e o não-reconhecimento disso por si só significa não respeitar as religiões em suas diferenças e especificidade. Trata-se, sim, de reconhecer a igualdade de direitos e de expressão religiosa, a legitimidade de outras experiências de fé. Isso implica outro aspecto fundamental, que é o reconhecimento da alteridade, levando a sério os valores e riquezas das diferenças, sem ficar encarcerando as experiências religiosas das outras pessoas nos limites das nossas experiências. É necessário reconhecê-las no que trazem de próprio, de específico, de único, contribuindo para enriquecer as experiências humanas como um todo. Um olhar teológico coerente com a experiência cristã permite reconhecer que, em outras experiências de fé e/ou religiosas, podem se dar diferentes manifestações do mistério de Deus. Em meio a tudo isso, eu diria que é fundamental o que podemos chamar de uma ética da simpatia, que é uma disposição e atitude prévia de abertura, acolhimento e reconhecimento às pessoas que têm experiências religiosas diferentes das nossas. Esta ética da simpatia pode basear-se em elementos fundamentais de nossa própria fé que nos comprometem a acolher e respeitar todas as pessoas, mas só ganhará consistência na experiência concreta de aproximação, convivência e prática do diálogo com pessoas de outras religiões. Por fim, eu destacaria como elemento fundamental para esta teologia, com qualquer teologia, a paixão pelo Reino de Deus, como projeto a ser realizado aqui e agora. A credibilidade da Teologia e da fé cristã, como também das diversas religiões dependem, em grande medida, da capacidade de compromisso com os principais problemas que afligem os seres humanos hoje e que desafiam nossa sociedade. Trata-se de discernir e comprometer-se com os caminhos do Reino nas situações concretas em que vivemos.

***IHU On-Line - Em que sentido a teologia do diálogo pode ajudar para que ele aconteça cada vez mais concretamente, nas bases e nas igrejas como um todo?***

**Cleusa Andreatta** - Ela ajuda na medida que pode ajudar a criar caminhos de aproximação entre as religiões. Esta ajuda pode acontecer de diferentes modos. Um deles se dá na realização da tarefa fundamental de buscar nos dados nucleares da própria fé uma

compreensão positiva do pluralismo religioso e aí encontrar motivações para o diálogo e aproximação. Não se trata de legitimar teologicamente qualquer coisa que acontece em termos de religiões. Existem também questionamentos que devem ser feitos. Mas em sua pretensão de serem caminhos de salvação, as religiões carregam, na bagagem, doutrinas e formulações de fé que geram o compromisso não só de serem elas sinal ou sacramento do projeto que proclamam como também de reconhecer outros meios e possibilidade de realização deste projeto mais amplo, que, na verdade, não lhes pertence. A Teologia pode desentranhar estes conteúdos subjacentes à fé. A Teologia pode também contribuir para o diálogo inter-religioso na medida em que mostra que a abertura ao diálogo com as diferenças é constitutiva da fé bíblico-cristã e que o fechamento, a discriminação e a arrogância frente aos demais é incompatível com o que cremos a respeito de Deus e do ser humano.

### **IHU On-Line - Quais são os principais desafios que a Teologia e a prática do diálogo estão enfrentando?**

**Cleusa Andreatta** - Embora temos acumulado, ao longo da história, significativas experiências de aproximação inter-religiosa, contamos, ainda hoje, com sérias conseqüências de relacionamento entre as religiões, pautado por um sentimento e por uma convicção de superioridade da própria religião frente às demais. Essa idéia de superioridade foi ao longo da história e ainda é hoje motivação básica para práticas de violência e discriminação que se manifestam tanto em gestos e práticas publicamente escancaradas como em atitudes e gestos mais sutis do cotidiano. Associado a isso estão as múltiplas expressões de fundamentalismo religioso presente em várias contextos das religiões. Também temos o problema do indiferentismo e do relativismo religioso, que merecem reflexão e análise tanto em vista da Teologia quanto da prática do diálogo.

#### **Confira a programação do IHU Idéias para o mês de maio:**

**05/05/05** – "Biodiversidade em crise" - Prof. Dr. Carlos Roberto S. Dutra Fonseca – Unisinos

**12/05/05** – "Floresta com Araucária: riqueza faunística e ameaças ao bioma" – Prof. Dr. Emerson Monteiro Vieira – Unisinos

## **Quarta com Cultura Unisinos**

### **CICLO DE ESTUDOS REPENSANDO OS CLASSICOS DA ECONOMIA**

O projeto **Quarta com Cultura Unisinos** oferece mais uma atividade em Porto Alegre. Desta vez, a palestra será dentro do evento **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, cujo tema será *Analisando o pensamento econômico de Malthus e Ricardo*. O ministrante será o Prof. Dr. Gentil Corazza, da UFRGS. O evento será realizado na próxima quarta-feira, dia 27 de abril, das 19h30min às 21h30min, na Livraria Cultura, do Bourbon Shopping Country, em Porto Alegre.

Thomas Robert Malthus, nascido em 1766 e falecido em 1834, tem como sua principal obra **Ensaio sobre o princípio da população** (1798). David Ricardo, que nasceu em 1772 e faleceu em 1823, tem como título de sua principal obra **Princípios de economia política e tributação** (1817). Corazza é graduado e mestre em Economia pela UFRGS. Fez também doutorado em Economia na Unicamp. O professor é autor de **Teoria Econômica e Estado - de Quesnay a Keynes**. Porto Alegre: FEE, 1986 e **A Junta Comercial no contexto da economia do Rio Grande do Sul** (com Pedro Cezar Dutra Fonseca). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

Entre outras, também organizou a obra **Métodos da ciência Econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Ele foi entrevistado pelo **IHU On-Line**, na 125ª edição, de 29 de novembro de 2004, sobre a política econômica do governo nacional. O professor falou sobre Malthus e Ricardo na edição do **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia** realizada na Unisinos, no último dia 14 de abril. Sobre ela, Gentil Corazza concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line**, publicada na 136ª edição, de 11 de abril de 2005.

No intuito de aproximar ainda mais os leitores da importância de Malthus e Ricardo para as Ciências Econômicas, traduzimos e reproduzimos, a seguir, dois artigos de Gilles Dostaller, publicados na revista **Alternatives Économiques**, que falam sobre os referidos autores. O texto sobre David Ricardo foi publicado na edição número 209, de dezembro de 2002, e o texto sobre Thomas Malthus foi veiculado na edição número 210, de janeiro de 2003.

Gilles Dostaller é professor de economia da Université du Québec e é autor, entre outros livros, de **Keynes et ses combats**. Paris: Albin Michel, 2005. Ou seja, o livro foi publicado agora no mês de abril e é citado no artigo "Remettre le capitalisme à sa place" de Christian Chavagneux, no editorial do número especial da revista **Alternatives Économiques**, 1º trimestre de 2005 e que tem como tema de capa "Le Capitalisme".

## DAVID RICARDO, NO ASSÉDIO AO PROTECIONISMO

Por Gilles Dostaler

*Arquiteto da teoria quantitativa da moeda, pai das teorias do valor do trabalho e das vantagens comparativas, David Ricardo encarna a quintessência da economia política clássica.*

### Os livros de Ricardo:

**The Works and Correspondance of David Ricardo**, editada por Piero Sraffa<sup>14</sup> ed. Cambridge University Press, 11 vol, 1951-1973, **Oeuvres complètes de David Ricardo**, ed. Otto Zeiler, Osnabrück, 1847 (reed. 1966). **Principes de l'économie politique et de l'impôt**, ed. Calmann-Lévy, 1970, ed. Garnier-Flammarion, 1992. **Écrits monétaires, 1809-1811**, ed. Association des amis du musée de l'imprimerie et de la banque, 1991.

### Livros sobre Ricardo:

**Essai sur la théorie ricardienne de la valeur**, por Huguette Biajeaud, ed Econômica, 1988. **The Economics of David Ricardo**, por Samuel Hollander, ed. University of Toronto Press, 1979. **Ricardo**, por François Régis Mahieu, ed. Econômica, 1995. **David Ricardo: Critical Assessments**, por John Cunningham Wood, ed. Croom Helm, 4 vol, Londres, 1985.

Mergulhado no mundo dos negócios e do dinheiro desde sua adolescência, parlamentar ativo no fim de sua vida, deixando uma grande fortuna, David Ricardo é um dos espíritos mais práticos entre os grandes economistas. Autodidata, ele não tinha um perfil de intelectual e de universitário, como Adam Smith<sup>15</sup> ou seus amigos Malthus e Say<sup>16</sup>. Ele escrevia com grande

<sup>14</sup> Piero Sraffa (1898-1983), economista italiano, que teve como principal contribuição a crítica da Teoria do Valor. Suas principais obras são **The Works and Correspondence of David Ricardo** (1951); e **Production of Commodities by means of Commodities, Prelude to a critique of Economic Theory** (1960). Também escreveu sobre inflação, moeda e bancos. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>15</sup> Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. **A Riqueza das Nações**, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no

dificuldade. Sem a ajuda e as pressões de James Mill<sup>17</sup>, ele, sem dúvida, jamais teria chegado ao termo dos *Princípios de economia política e do imposto*. E, no entanto, a obra de Ricardo é uma das mais abstratas e das mais teóricas que se possa imaginar. Ele é um dos primeiros a aplicar, com rigor, o método hipotético-dedutivo que, no século XX, se imporá na disciplina. Joseph Schumpeter<sup>18</sup> qualificou, aliás, de “vício ricardiano” a tendência de tirar conclusões práticas, freqüentemente extremas, com base em hipóteses abstratas e irrealistas. Mas, ao longo de uma obra breve e intensa, que se estende ao longo de quatorze anos, Ricardo elaborou os seus modelos e suas incessantes polêmicas com os seus contemporâneos para resolver problemas concretos.

### A batalha do ouro

Em 1711, Isaac Newton, então empregado do Hotel des Monnaies, fixa o valor-ouro da libra esterlina em 3,17 shillings, 10,5 pence por onça de ouro. Quatro anos após o início das guerras européias contra a República francesa, em face da inflação e das pressões contra a moeda britânica, o governo decreta, aos 26 de fevereiro de 1797, o Bank Restriction Act, que suspende a convertibilidade em ouro dos papéis emitidos pelo Banco da Inglaterra. Esta medida e as conseqüências que ela produz, provocam uma das mais ricas controvérsias na história da teoria monetária e a primeira intervenção de Ricardo no debate público, em 1809. Ele imputa as graves dificuldades que então conhece a Inglaterra a uma emissão excessiva de papéis-moeda e “ao pernicioso poder que lhe foi concedido de diminuir, à vontade, o valor dos haveres dos homens de dinheiro” (*Escritos monetários*, p. 35).

Um comitê, criado em fevereiro de 1810 pela Câmara dos Comuns para investigar sobre os problemas de moeda e de câmbio, o Bullion Committee, submete, em junho, um relatório, em grande parte influenciado pelas teses de Ricardo, que relança a controvérsia, antes de apaziguá-la. Será preciso esperar 1821, para ver restabelecida a convertibilidade da libra. Ricardo continuará, até o fim de sua vida, a defender uma concepção da moeda encarada como um puro instrumento de troca e o papel-moeda como um recibo para uma moeda metálica. Ele é, assim, um dos arquitetos da teoria quantitativa da moeda, que, em seguida,

---

pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos está promovendo o **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**. A professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência *A atualidade do pensamento de Adam Smith* no segundo encontro do evento. Sobre o tema, concedeu uma entrevista ao *IHU On-Line* número 133, de 21 de março de 2005. (Nota do *IHU On-Line*)

<sup>16</sup> Jean-Baptiste Say (1767-1832), economista francês que formulou uma lei econômica, a lei de Say, que se manteve como princípio fundamental da economia ortodoxa até a grande depressão de 1930. (Nota do *IHU On-Line*)

<sup>17</sup> James Mill (1773-1836): historiador e filósofo escocês e pai de John Stuart Mill. Foi um partidário do liberalismo e um famoso representante do radicalismo filosófico, uma escola de pensamento também conhecida por Utilitarianismo, a qual defende uma base científica para a filosofia. (Nota do *IHU On-Line*)

<sup>18</sup> Joseph Schumpeter (1883-1950): aristocrata austríaco que, desde jovem, manifestou a sua originalidade científica. Em 1911, no livro *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, apresentava uma forma nova de analisar a dinâmica da economia de mercado. Ministro das Finanças austríaco durante alguns meses no período conturbado de 1919-1920, emigra para os Estados Unidos em 1932 para fugir do nazismo. Na Universidade de Harvard, desde então, influencia gerações de economistas. Os seus múltiplos textos são ultrapassados pelo livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1943, onde expande as idéias de 1911. Esta obra será abordada no evento **I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, promovido pelo IHU, em duas ocasiões. A primeira, será realizada na Livraria Cultura, em Porto Alegre, dia 31 de agosto, na programação do **Quarta com Cultura Unisinos**, em que o tema “Desenvolvimento econômico no capitalismo: a visão de Schumpeter”, será desenvolvido pelo Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa, da Unisinos. A segunda palestra, com o mesmo título, será realizada na Unisinos, dia 15 de setembro, e terá como responsável o Prof. Dr. Paulo Bastos Tigre, da UFRJ. (Nota do *IHU On-Line*)

desenvolverão Irving Fisher e Alfred Marshall<sup>19</sup> e, mais perto de nós, Milton Friedman<sup>20</sup>. Em 1844, o Ato de Peel dá ao Banco da Inglaterra o privilégio da emissão de papéis-moeda como contrapartida por sua cobertura em lingotes. Ele marca a vitória póstuma de Ricardo.

### A guerra do trigo

Será também após sua morte que as idéias de Ricardo triunfarão no segundo combate que ele empreende, desta vez em nome dos capitalistas contra os proprietários rurais. Após o século XV, as leis sobre os grãos impunham tarifas às importações de trigo, de maneira a proteger a agricultura inglesa. A partir do século XVIII, os empreendedores e manufatureiros, cada vez em maior número, vão reclamar a abolição das leis protecionistas que bloqueiam a importação de um grão menos caro, o que permitiria diminuir os salários sem, no entanto, deixar famintos os operários. Essas leis, pelos rendimentos que elas geram, protegem os ganhos dos proprietários rurais. Majoritários no Parlamento, estes últimos se opõem com sucesso à ab-rogação dessas leis, o que só ocorrerá em 1846, data simbolizando a vitória dum livre-câmbio, pelo qual Ricardo havia lutado durante toda a sua vida. Numa brochura publicada em 1815, *Essai sur l'influence du bas prix du blé sur les profits des capitaux* [Ensaio sobre a influência do baixo preço do grão sobre os rendimentos dos capitais], Ricardo levanta a hipótese dos rendimentos decrescentes na agricultura, no primeiro nível de uma teoria da renda agrária que outros autores, como Malthus, desenvolvem na mesma ocasião. Ele se apóia nessa construção para concluir que a livre importação do trigo continental, menos caro, teria um efeito benéfico sobre os rendimentos dos capitais e, conseqüentemente, sobre o crescimento econômico.

### Valor e repartição

É desenvolvendo e generalizando esta análise que Ricardo elabora uma teoria que se pode considerar como a quintessência da economia política clássica. Ela estabelece o seu ponto de partida na afirmação segundo a qual o tempo de trabalho é o fundamento do valor das mercadorias reprodutíveis, quer se trate do tempo diretamente aplicado na produção, ou do tempo consagrado à fabricação dos meios de produção. Sobre esta base, Ricardo constrói uma teoria da repartição, na qual a tônica é colocada na oposição de interesses entre as três grandes classes de que se compõe a sociedade: capitalistas, assalariados e proprietários rurais. Sendo o nível natural dos salários determinado pelo tempo necessário à produção dos alimentos de primeira necessidade, no primeiro lugar dos quais o trigo, o nível dos rendimentos dos capitalistas decorre, automaticamente, do preço de seus produtos: "Pode haver algo de

---

<sup>19</sup> Alfred Marshall (1842-1924) considerado um dos economistas mais influentes de sua época. Sua principal obra, ***Principles of Political Economy***, de 1890, trouxe as teorias da fonte e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção. O Instituto Humanitas Unisinos, através do evento **I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, promove a palestra "A era industrial e a contribuição de Marshall", dia 5 de outubro, na Livraria Cultura, em Porto Alegre, a ser ministrada pela Profa. Dra. Maria Aparecida Grandene de Souza, da UFRGS, e no dia 20 de outubro, na Unisinos, pela Profa. Dra. Ana Lucia Gonçalves da Silva – UNICAMP/SP. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>20</sup> Milton Friedman: nascido em Nova Iorque, em 1912, foi professor da Universidad de Chicago de 1946 a 1976, pesquisador do National Bureau of Economic Research, de 1937 a 1981, e presidente da American Economic Association, em 1967. Friedman é o mais conhecido líder da Escola de Chicago e defensor do livre mercado devido, em parte, a que seus escritos são muito fáceis de ler por qualquer pessoa. Monetarista, se opôs ao keynesianismo no momento de seu máximo apogeu, nos anos 1950 e 1960. Propõe resolver os problemas da inflação limitando o crescimento da oferta monetária a uma taxa constante. Obteve o Prêmio do Banco da Suécia, em Ciências Econômicas, em memória de Alfred Nobel. (Nota do **IHU On-Line**)

mais claramente demonstrado que a baixa infalível dos lucros em seguida à alta dos salários?” (*Princípios*, p. 85).

A relação entre salários e lucro põe o conflito de interesses entre trabalhadores e capitalistas no coração do sistema. É notadamente nesse sentido que Karl Marx será um herdeiro de Ricardo. Mas, o próprio Ricardo insiste principalmente na oposição entre proprietários rurais e capitalistas. Os rendimentos decrescentes na agricultura têm por efeito, ao mesmo tempo, aumentar os salários, após o aumento do preço do grão, e aumentar a renda que aqueles que cultivam a terra devem repassar aos proprietários. Inelutavelmente, este fenômeno gera uma baixa das taxas de lucro, que tem por efeito retardar o crescimento e, eventualmente, conduzir a um estado estacionário, pesadelo dos economistas clássicos.

Duas coisas podem retardar este processo. A primeira é a melhora da produtividade agrícola. A segunda é a livre importação do grão estrangeiro.

A este argumento da livre troca, Ricardo acrescenta sua célebre teoria das vantagens comparadas, uma das raras teses que sobreviveram à revolução marginalista<sup>21</sup>. No sétimo capítulo de seus *Princípios*, Ricardo explica, com efeito, que cada país tem interesse em concentrar os seus esforços na produção das mercadorias para as quais ele dispõe de uma vantagem relativa, e isso, mesmo que em todos os setores de produção ele esteja em situação de desvantagem (ou vantagem) absoluta em relação aos seus concorrentes. Esse capítulo constitui o ponto de partida da teoria ortodoxa do comércio internacional, tal como ele é ensinado até os nossos dias.

#### A herança ricardiana

Pouco tempo após sua morte, a herança de Ricardo, defendida por autores como Mill, McCulloch, Nassau Sênior e de Quincey, é duramente criticada por outros, por exemplo, Bailey. Em seguida, Ricardo terá o privilégio de morrer e de ressuscitar por diversas vezes. Para Jevons<sup>22</sup>, um dos três autores da revolução marginalista que, com base numa teoria do valor-utilidade, funda a teoria neoclássica e a microeconomia moderna, Ricardo é um homem brilhante, mas mergulhado no erro e que direcionou a economia para um mau caminho com a idéia do valor-trabalho. Na mesma ocasião, Marx, ao contrário, dá testemunho do maior respeito por este “economista burguês”, cuja honestidade científica elogia. Ricardo não escreveu, para grande decepção de seus discípulos, na terceira edição de seus *Princípios*, que ele se enganara em sua apreciação referente ao efeito das máquinas sobre o emprego e que a introdução destas últimas podia criar uma greve durável?

Mais de sessenta anos após Jevons, Keynes coloca um novo prego em seu caixão: segundo ele, as idéias de Ricardo teriam conquistado a Inglaterra, como a Inquisição havia conquistado a Espanha. Ele anuncia a George Bernard Shaw<sup>23</sup> o seu projeto de demolir os fundamentos ricardianos do marxismo. Mas, ao mesmo tempo, ele confia a seu amigo e colega Piero Sraffa a tarefa de publicar as obras completas de Ricardo. Terminada em 1973, em onze volumes, esta magnífica edição será acompanhada pela publicação, em 1960, de uma obra de 100 páginas,

<sup>21</sup> As últimas décadas do século XIX foram testemunhas de uma mudança radical na visão do problema redistributivo, a chamada revolução marginalista, que substituiu a idéia de conflito entre os fatores de produção e classes sociais pela harmonia e coexistência pacífica. Tanto trabalhadores quanto capitalistas se apresentam no mercado como proprietários de fatores de produção em busca de remuneração por seus serviços. (Nota do *IHU On-Line*)

<sup>22</sup> William Stanley Jevons (1835-1882): economista e logístico britânico, brilhante escritor que teve ampla influência desenvolvendo a teoria da utilidade marginal e simplificando problemas de lógica (Nota do *IHU On-Line*).

<sup>23</sup> George Bernard Shaw (1856-1950): crítico literário socialista, e uma das principais figuras século XX. Shaw foi um pensador livre, um defensor dos direitos das mulheres e um advogado da igualdade de renda. Em 1925, ao receber o prêmio Nobel de literatura, aceitou a honra, mas recusou o dinheiro. (Nota do *IHU On-Line*)



*Production de marchandises par de marchandises* [Produção de mercadorias por mercadorias], na qual Sraffa resolve elegantemente certas contradições deixadas em suspenso na teoria do valor e da repartição de Ricardo. Fazendo isso, ele lança uma nova corrente de pensamento, chamada neo-ricardiana. Esta corrente se enfrentará, nos anos 1960 e 1970, com os teóricos neoclássicos sobre os temas do valor, da repartição e do crescimento.

#### Referências biográficas

- 1722:** nascimento em Londres, numa família judia de origem portuguesa, que viveu na Holanda.  
**1782:** começa sua carreira de homem de negócios, trabalhando com seu pai na Bolsa.  
**1793:** casamento com uma *quaker*, que provoca uma ruptura com sua família.  
 Ricardo é financeiramente independente.  
 Leitura da *Riqueza das nações* de Adam Smith.  
**1808** ele encontra James Mill, que acaba de publicar *Commerce Defended*.  
**1809:** “A cotação do ouro”, carta anônima ao *Morning Chronicle*, seguida de duas cartas de um “amigo dos papéis-moeda bancários” e de duas respostas de Ricardo a quem se revela ser um de seus amigos, Hutches Trower.  
**1810:** *A cotação elevada do lingote*; três cartas ao *Morning Chronicle* referentes ao Bullion Report.  
**1811:** Resposta às observações práticas de M. Bosanquet sobre o relatório do Bullion.  
**1814:** Ele se retira dos negócios com uma fortuna considerável e compra uma propriedade, Gatcomb Park.  
**1815:** *Essai sur l'influence du bas prix du blé sur les profits des capitaux* [Ensaio sobre a influência do baixo preço do grão sobre os lucros dos capitais].  
**1816:** Proposições para uma moeda econômica e segura  
**1817:** Princípios da economia política e do imposto.  
**1823:** Morte. Nos dias precedentes, ele escreve *Absolute and Exchangeable Value* [Valor absoluto e cambiável], manuscrito descoberto por Piero Sraffa e publicado em 1951.

## MALTHUS, UM POLEMISTA NATO

Por Gilles Dostaler

*Malthus se opõe ao Estado-providência, mas prefigura as críticas de Keynes em face da economia de oferta de Say e Ricardo.*

#### Os livros de Malthus:

*Essai sur le principe de population*, ed. Seghers, 1963; ed. Ined. 1980; ed. Flammarion, 1992. *Principes d'économie politique considérés sous le rapport de leur application pratique*, ed. Calmann-Lévy, 1969. *Occasional papers of T.R. Malthus on Ireland, Population, and Political Economy*, ed. B. Franklin, 1963.

#### Os livros sobre Malthus:

*The Economics of Thomas Robert Malthus*, por Samuel Hollander, ed. University of Toronto Press, 1997. *Thomas Robert Malthus* in *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, ed. Macmillan, vol. 10, 1972, pp. 71-108. *Malthus*, por Jean-Marie Poursin e Gabriel Dupuy, ed. Seuil, 1972. *Malthus, l'ê premier antimalthusien*, por William L. Petersen, ed. Dnod, 1980. *Thomas Robert Malthus: Critical Assessments*, por Jacques Woff, ed. Econômica, 1994.

Daniel Malthus, o pai de Thomas, advogado e *gentleman-farmer* [fazendeiro fidalgo], era um amigo de David Hume<sup>24</sup> e de Jean-Jacques Rousseau<sup>25</sup>, por quem tinha grande admiração. Ele aderiu aos ideais igualitários e utópicos de um dos pais do anarquismo, William Godwin<sup>26</sup>, à sua fé na perfectibilidade humana, preconizando, como este último, a extensão das leis sobre os pobres. Editadas após o século XIV, essas leis visavam a aliviar a sorte dos mais desprovidos na Inglaterra.

Thomas cresceu no momento em que a revolução industrial gera ao mesmo tempo o crescimento econômico, o reagrupamento de massas de trabalhadores, cujas condições de vida são mais do que precárias, e o aumento da miséria e da pobreza. Publicado anonimamente, o seu primeiro e mais célebre livro, ***Essai sur le pincipe de population***, nasceu de discussões acaloradas entre o pai e o filho sobre esses problemas. O subtítulo termina assim: “com observações sobre as teorias de Mr Godwin, de M. Condorcet e de outros autores”. Essas observações são muito críticas. Malthus se opõe, com efeito, radicalmente às idéias sociais às quais adere o seu pai. Ele estima que a nova lei sobre os pobres do governo Pitt, promulgada além-Mancha, em 1796, e mais generosa que a precedente, é um erro. É para demonstrá-lo que ele escreve seu livro.

### Sexo e nutrição

A teoria populacional do reverendo Malthus se apóia sobre duas leis permanentes da natureza: o desejo sexual e a necessidade de alimentação. Do primeiro, decorre a tendência da população a multiplicar-se sem cessar. Se não existem obstáculos a esse crescimento, Malthus estima que ela terá tendência a prosseguir numa progressão geométrica, dobrando a cada vinte e cinco anos. Mas, os meios de subsistência, submetidos aos rendimentos decrescentes, podem crescer no máximo segundo uma progressão aritmética. Este desequilíbrio é portador de miséria e de catástrofes.

Dois tipos de meios podem restabelecer periodicamente o equilíbrio, ou pelo menos, aproximá-los dele. Os obstáculos destrutivos, os mais antigos, são as grandes epidemias, as guerras, a fome, a miséria e o vício, que ceifam regularmente as populações, tanto animais como homens. Próprios da humanidade, os obstáculos preventivos decorrem da capacidade do homem em prever, em longo prazo, as conseqüências de suas ações. Eles consistem em restringir voluntariamente os nascimentos, retardando o casamento e praticando a castidade, que o reverendo chama de “coação moral”.

Mergulhados na miséria, os pobres têm mais dificuldades para assumir essa coação. Ajudá-los só consegue agravar a situação, encorajando-os a se multiplicarem. As leis sobre os pobres têm, além disso, por efeito diminuir a incitação ao trabalho, desencorajar a sobriedade e aumentar o preço dos alimentos. Antes que socorrê-los, é melhor convencer os pobres a não terem filhos. Numa passagem suprimida após a segunda edição de seu livro, Malthus escreve: “Um homem que nasceu num mundo já ocupado, se ele não pode obter de seus pais a subsistência e se a sociedade não necessita de seu trabalho, não tem nenhum direito de reclamar a menor porção de nutrientes, e, de fato, ele está sobrando. No grande banquete da natureza, não há mesa posta para ele. Ela o manda ir embora, e ela mesma põe prontamente

<sup>24</sup> David Hume (1711-1776), filósofo e historiador escocês (Nota do *IHU On-Line*).

<sup>25</sup> Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo franco-suíço, escritor, teórico político (Nota do *IHU On-Line*).

<sup>26</sup> William Godwin (1756-1836), inglês. Pastor calvinista, poeta, ensaísta. Abandonou a vida eclesiástica e se tornou um pensador reformista radical (Nota do *IHU On-Line*).

suas ordens em execução, se ele não pode recorrer à compaixão de alguns dos convivas do banquete” (*Essai*, p. 225-6).

Desde a publicação de sua primeira edição, o livro de Malthus suscita vivas reações. Elas se acentuam, quando aparece, em 1803, uma nova versão aumentada, transformada e assinada desta vez por seu autor. A controvérsia não cessou até hoje. As idéias de Malthus deram nascimento a um nome, o malthusianismo, e a um adjetivo, malthusiano. Iniciadoras da demografia, elas também foram retomadas pela maioria dos economistas clássicos, para explicar a tendência dos salários em se manterem ao nível necessário à subsistência e à reprodução dos trabalhadores. Contrariamente ao sentido habitual das influências entre as ciências naturais e as ciências sociais, as teses de Malthus também foram introduzidas na teoria da seleção natural e da luta pela sobrevivência, desenvolvida por Malthus.

A reforma da lei sobre os pobres em 1834 marca a vitória das teses de Malthus. Ela visava, com efeito, a restringir o mais possível a responsabilidade do Estado neste domínio e a tornar mais difícil o acesso à ajuda para os pobres. Será preciso esperar o plano Beveridge<sup>27</sup>, de 1944, para ver nascer uma legislação social universal e mais generosa, no quadro da implantação do Estado-providência. A recolocação em questão e o desmantelamento, no decurso dos últimos decênios, deste Estado-providência se efetuam por meio de argumentos semelhantes aos de Malthus.

### O dispêndio contra a poupança

Por um curioso paradoxo, quando as idéias de Malthus sobre a população e as leis sobre os pobres vão realmente contra as posições keynesianas sobre o papel do Estado, algumas de suas idéias econômicas anunciam as de Keynes. Polemista nato, Malthus ataca, com efeito, a lei dos mercados, concebida por seus amigos Say e Ricardo, após ter cruzado armas com Godwin e seus discípulos. Em virtude desta lei, a oferta cria sua demanda em escala agregada, de sorte que não pode aí haver crise de superprodução geral<sup>28</sup>. Bastava observar uma realidade na qual se amontoavam mercadorias não vendidas e uma massa de grevistas, para compreender que as idéias de Say e de Ricardo eram profundamente errôneas. Malthus censurava, aliás, a Ricardo a construção de modelos demasiado abstratos e afastados da realidade.

Malthus estimava, ao contrário, que a produção exige previamente uma “demanda efetiva”, o que é precisamente um dos conceitos centrais da análise de Keynes<sup>29</sup>. O poder de compra não basta para gerar esta demanda. É necessária também uma “vontade de compra”. Trata-se, pois, de “uma demanda feita por aqueles que têm os meios e a vontade de dar o preço suficiente” (*Princípios*, p. 267). Esta demanda não é criada pela oferta e nada garante que ela seja suficiente para absorver a produção.

<sup>27</sup> Em plena guerra e sob o governo de coligação de Winston Churchill, será apresentado ao parlamento em 1942 o célebre plano Beveridge (Social insurance and allied services) (Guedes, 194?). É este plano que vai estar, mais diretamente, na origem do Welfare State inglês, com a vitória eleitoral dos trabalhistas (1945) e a publicação no imediato pós-guerra do National Insurance Act e do National Health Service Act (1946), do qual nasceria o National Health Service (1948), financiado pelo orçamento de Estado. (Nota do *IHU On-Line*)

<sup>28</sup> Ver: “Say, pioneiro da economia de oferta”, *Alternatives Economiques* n.º. 208, novembro de 2002. Correspondência reproduzida nas obras de Ricardo, ver *Alternatives Economiques* n.º. 209, dezembro de 2002.

<sup>29</sup> John Maynard Keynes (1883 – 1946) tem como principal obra *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*, de 1936. No próximo dia 5 de maio, o Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho, da UFRGS, falará sobre o tema “Compreendendo a teoria de Keynes”, na Unisinos, e no dia 15 de junho, na Livraria Cultura, em Porto Alegre, na programação do *I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*. (Nota do *IHU On-Line*)

A poupança não é, pois, contrariamente ao que acreditavam Adam Smith e seus discípulos, o motor do crescimento. Ela constitui, ao contrário, um freio à produção. É preciso encorajar as pessoas a consumirem, antes do que se deixarem levar por um "princípio da indolência", demasiadamente difundido. Também é preciso desenvolver certos gostos pelo luxo. As classes improdutivas, denegridas por Quesnay<sup>30</sup>, Smith, Ricardo e outros, capitalistas, proprietários e aristocratas, têm um papel essencial nesta mecânica. Despendendo muito sem produzir, elas são um dos mais poderosos estimuladores da produção. É por isso que Malthus se opunha à ab-rogação das leis sobre os grãos, que protegiam as rendas dos proprietários rurais. Ele considerava que os trabalhos públicos e o comércio exterior eram outros estimuladores da demanda efetiva.

#### **A correspondência entre Malthus e Ricardo. Sua importância**

A justo título, Keynes escreveu que a correspondência entre Malthus e Ricardo era a mais importante na história da economia política. Sua amizade foi também exemplar. Eles se encontraram pela primeira vez em 1811, quando Malthus aprovou as posições de Ricardo no debate sobre a moeda e o ouro. Posto à parte este acordo inicial, eles se opuseram sobre quase todas as questões, teóricas e práticas: as leis sobre os grãos, o método da economia, a teoria do valor e da repartição, a lei dos mercados. O homem de negócios avisado e, por vezes, brutal e o pastor tranqüilo eram também personalidades totalmente diferentes. E, no entanto, eles permaneceram estreitamente ligados um ao outro até a morte prematura de Ricardo, que escreveu a Malthus em sua última carta: "Eu não o amaria mais, se você estivesse de acordo comigo." Foram as teses de Ricardo, antes que as de Malthus, que se impuseram a seguir. Keynes estima que uma saída contrária teria economizado cem anos de erros trágicos em economia.

### **III Ciclo de Estudos sobre o Brasil**

O livro **O Escravismo Colonial**, de Jacob Gorender, será tema de estudo da próxima edição do **III Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, a ser realizado dia 28 de abril, das 14h às 17h, na sala 1G119 do IHU. A obra será analisada com o público, tendo como responsável pela condução do tema o Prof. Dr. Mário Maestri, do PPG em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). O historiador gaúcho Maestri é graduado, mestre, doutor e pós-doutor em Ciências Históricas pela Université Catholique de Louvain, em Louvain La Neue, na Bélgica. É co-autor, ao lado de Robert Ponge, de **Desse pão eu não como!** (Portugal: Zonanon, 2003). Mário Maestri apresentou o livro **Sobrados e mucambos**, de Gilberto Freyre, na programação do **II Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, promovido dia 15 de abril de 2004, pelo Instituto Humanitas Unisinos. Sua palestra originou o artigo publicado no **Cadernos IHU** número 6, de 2004, intitulado **Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado. Gênese e Dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil. Algumas Considerações**. No mesmo dia 15 de abril do ano passado, o professor conduziu o tema *A casa das sete mulheres: literatura, história e trivialidade* no evento **IHU Idéias**. Sobre ele, o professor concedeu ao **IHU On-Line** uma entrevista,

---

<sup>30</sup> François Quesnay (1694-1774), médico da corte do rei francês Luís XV (1710-1774). Sua obra principal, *Quadro Econômico*, foi publicada em 1758. Baseado em números e dados, Quesnay demonstra a relação entre diferentes classes e setores econômicos, e o fluxo de pagamentos entre eles. Quesnay foi o precursor em alguns campos, como por exemplo a formulação de princípios de filosofia social utilitarista - obter máxima satisfação com o mínimo esforço. Quesnay abordou os interesses das classes num ambiente competitivo, o que seria mais tarde desenvolvido como a teoria do capital - os empresários agrícolas só podem iniciar seu trabalho devidamente equipados, ou seja, se dispuserem de um capital no sentido de riqueza acumulada antes de iniciar a produção, mas não analisou a formação do capital e o comportamento do capital monetário e do capital real. (Nota do **IHU On-Line**)

que publicamos na edição número 96, de 12 de abril de 2004. O evento também rendeu a publicação, em 2004, do número 17 de **Cadernos IHU Idéias**, intitulado **As sete mulheres e as negras sem rosto**. Os dois textos estão disponíveis no site [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu). Confira, a seguir, a entrevista que Maestri concedeu ao **IHU On-Line**, por e-mail, na última semana, falando sobre a obra de Gorender, que será por ele apresentada na próxima quinta-feira.

**IHU On-Line - Por que O Escravismo Colonial efetuou uma revolução copernicana nas ciências sociais brasileiras?**

**Mário Maestri** - Tradicionalmente, os principais estudiosos do passado brasileiro definiram como feudal, semifeudal, capitalista ou semicapitalista a antiga formação social brasileira. Essas opções organizavam a definição das classes fundadoras, dos ritmos do processo histórico, do padrão de acumulação, das formas de luta de classes, etc. com importantes decorrências analíticas na interpretação do Brasil contemporâneo. Entre os principais estudiosos que apontavam para tais soluções encontravam-se Werneck Sodr<sup>31</sup>, Caio Prado Júnior<sup>32</sup>, Florestan Fernandes<sup>33</sup>, Fernando Henrique Cardoso, etc. Jacob Gorender superou essas visões, ao explicitar o caráter dominante do modo de produção escravista colonial no passado pré-Abolição, apontando, portanto, o escravizador e o trabalhador escravizado como categoriais fundamentais neste último. Tal crítica, empreendida por primeira vez em forma categorial-sistemática, reorganizou e reorientou o debate sobre o passado e, portanto, sobre o presente e o futuro do Brasil.

**IHU On-Line - Como Gorender vê o Brasil na obra em questão? Como superou as tradicionais apresentações cronológicas de cunho historicista do passado do Brasil?**

**Mário Maestri** - Em verdade, **O escravismo colonial** é uma obra que estuda a produção escravista colonial compreendida como modo de produção historicamente novo, ou seja, não uma repetição, mas uma, digamos, superação, da escravidão clássica greco-romana. Gorender empreende o estudo desse modo de produção, tendo como base sobretudo – mas não apenas – o Brasil, pois foi ali que a produção escravista colonial alcançou seu mais pleno desenvolvimento, no que se refere à precocidade, longevidade, dominância, espaço geográfico de abrangência, produtos produzidos, volume e diversidade da mão-de-obra envolvida, etc. Para desenvolver seu estudo, desenvolve, inicialmente, a crítica sistemática das antigas interpretações, desvelando suas contradições internas e externas, sobretudo em relação ao objeto em estudo – a antiga formação social brasileira.

---

<sup>31</sup> Nelson Werneck Sodr (1912-1999): historiador, crítico literário, memorialista e general do Exército, foi um dos mais profundos estudiosos da sociedade brasileira. Influenciou gerações com seus livros e centros de análise, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). (Nota do **IHU On-Line**).

<sup>32</sup> Caio Prado Júnior (1907-1990): pensador e político, publica em 1942 sua obra mais importante, **A Formação do Brasil Contemporâneo**, sofrendo perseguições devido ao seu alinhamento político com orientação comunista, tendo seu mandato cassado dois anos depois da publicação do livro. Seu livro criou, porém, uma tradição historiográfica no Brasil, identificada, sobretudo com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial. Essa obra foi apresentada no evento **I Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, promovido pelo IHU, em 14 de agosto de 2003, pela professora Marica Eckert Miranda, da Unisinos, que concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line** número 70, de 11 de agosto de 2003. (Nota do **IHU On-Line**).

<sup>33</sup> Florestan Fernandes (1920-1995): considerado o pai da sociologia brasileira, tem como principal obra o livro **A revolução burguesa no Brasil**. Esse livro foi apresentado no **I Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, promovido pelo IHU, em 9 de outubro de 2003, pelo Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva, pesquisador na FEE, que concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line** número 78, de 6 de outubro de 2003. (Nota do **IHU On-Line**).

***IHU On-Line* - Que diferenças apresenta a abordagem que Gorender faz do escravo com a que fazem outros autores clássicos das Escolas de Sociologia?**

**Mário Maestri** - Em forma geral, as demais interpretações não desconheciam a existência do trabalhador escravizado no passado brasileiro, que era visto, entretanto, como um componente, em geral mais ou menos esdrúxulo, de uma organização feudal, semifeudal, capitalista, semicapitalista, etc. Em forma implícita e explícita, a categoria escravo era apresentada como uma parte do quadro social, digamos, passiva, sofrendo suas determinações e jamais determinando-o. A definição da dominância do modo de produção escravista colonial do passado do Brasil colocou o trabalhador escravizado como elemento explicativo central, já que a dinâmica daquele período histórico passou a ser explicada através da oposição e luta entre o trabalhador escravizado e o escravizador. Essa visão radical da história permitiu desvelar uma violentíssima luta de classes no passado brasileiro – desamor ao trabalho; expropriação; fuga; suicídio; justicamento de escravistas e capatazes; revoltas; insurreições –, em vez da proposta tradicional de passividade e lassidão das classes subalternizadas.

***IHU On-Line* - Como o marxismo influencia o historiador e o militante Jacob Gorender?**

**Mário Maestri** - Jacob Gorender ingressou, ainda jovem, durante a II Guerra, no PCB<sup>34</sup>, do qual se tornou, a partir do fim do conflito, militante profissional. Com indiscutíveis dotes intelectuais para a reflexão teórica, desde os primeiros tempos, empreendeu estudo sistemático do marxismo, a partir da visão de totalidade, própria a essa interpretação de mundo, sobretudo na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Sua formação deu-se, inicialmente, nos quadros do marxismo stalinista, como não podia deixar de ser, devido a seu engajamento como militante e a seguir dirigente do PCB. O hiato entre a prática comunista no Brasil, apoiada em interpretação da formação social brasileira tributária de visões burguesas desenvolvimentistas, e as necessidades do movimento social levaram Jacob Gorender a empreender, após o Golpe Militar de 1964, autocrítica epistemológica, no que se refere ao próprio método marxista, rompendo com o stalinismo e, através desse processo, desenvolver releitura do passado brasileiro, a fim de alicerçar explicação estrutural da formação social brasileira sobre a qual se apoiasse uma nova práxis política. O escravismo colonial foi o passo inicial de um monumental projeto de interpretação da formação social brasileira, não desenvolvido, mas enunciado no artigo *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987 e no ensaio *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

***IHU On-Line* - Em que sentidos o estudo de *O Escravismo Colonial*, de Jacob Gorender pode iluminar a realidade atual brasileira? Que formas de escravismos coloniais ainda poderiam ser consideradas fortemente em nosso País?**

**Mário Maestri** - A leitura radical de Jacob Gorender nos permite e nos exige que “façamos as pazes” com o passado brasileiro real. Que aceitemos nossa histórica como realmente é e não como, não raro, gostaríamos que fosse. Permite-nos e obriga-nos compreender a profunda singularidade de uma nação alicerçada sobre a produção latifundiária escravista de exportação que conheceu a liberdade do mundo do trabalho há pouco mais de um século, ou seja, alguns segundos, no tempo histórico, e jamais conheceu uma vasta classe camponesa, o que cria um perfil significativamente diverso para as classes oprimidas e opressoras no Brasil, ou seja, um mundo radicalmente diverso do universo europeu, com o qual nossas elites e pensadores

---

<sup>34</sup> PCB – Partido Comunista Brasileiro (Nota do *IHU On-Line*).

procuram enquadrar-se e enquadrar o nosso país. Não há aspecto determinante da história e da cultura do Brasil que não tenha sido determinado pelo passado escravista. O próprio unitarismo nacional é produto da necessidade de manter a ordem escravista. Nesse sentido, o passado escravista prossegue determinando, de forma poderosíssima, nossa formação social, à espera do processo catártico que nos permita romper com as determinações negativas dessa tara histórica maldita e superá-las.

## Encontros de ética

O tema *Ética Ambiental* será a pauta da próxima edição do evento **Encontros de ética**, que acontece hoje, dia 25 de abril, das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do IHU. O responsável pela discussão será o Prof. Dr. José Roque Junges, do PPG em Ciências da Saúde da Unisinos. O evento é gratuito e aberto à comunidade acadêmica e em geral. José Roque Junges é autor do livro **Ética ambiental**. São Leopoldo: Unisinos, 2004, apresentado no evento **Sala de Leitura**, no último dia 05 de abril. Graduado em Filosofia, pela PUCRS, mestre em Teologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Chile, e doutor em Teologia, pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, na Itália, Junges também é autor de **Bioética: perspectivas e desafios**. São Leopoldo: Unisinos, 1999; **Ecologia e criação – Resposta cristã à crise ambiental**. São Paulo: Loyola, 2001; e **Evento Cristo e Ação Humana: Temas fundamentais da Ética teológica**. São Leopoldo: Unisinos, 2001. Leia na 137ª edição do **IHU On-Line**, um artigo elaborado pelo professor José Roque Junges sobre o tema.

## 10ª Romaria do Trabalhador em Caxias do Sul. Trabalho, direito de todos

No dia 1º de maio, domingo, realiza-se a 10ª Romaria do Trabalhador e da Trabalhadora, em Caxias do Sul, nos Pavilhões da Festa da Uva. O tema do evento é *Trabalho, fonte de dignidade, direito de todos!*

A realização da Romaria propiciou a formação da Escola de Formação Política da diocese de Caxias do Sul, em parceria com o Instituto Humanitas Unisinos (IHU). A Escola está no segundo ano de funcionamento.

O IHU assessorou os vários passos da organização da Romaria. Um dos temas em discussão é a reforma trabalhista, tema de capa do boletim **IHU On-Line** desta semana.

O IHU participará da Romaria com um ônibus, que levará professores, alunos e colaboradores da Unisinos.

## Cadernos IHU Idéias

### O MUNDO DO TRABALHO EM MUTAÇÃO: AS RECONFIGURAÇÕES E SEUS IMPACTOS

*O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus Impactos*, de autoria do Prof. Dr. Marco Aurélio Santana, é o tema dos **Cadernos IHU Idéias**, número 34, que acaba de ser publicado.

Na introdução, o autor afirma que o artigo visa a indicar alguns eixos das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e seus impactos na vida social. A seguir, no subtítulo *Mudanças no cenário global*, o autor apresenta as principais transformações na esfera produtiva, passando, no item 2, a uma análise da *Crise do fordismo e a especialização flexível* e

abordando, no terceiro enfoque, o *Processo de trabalho e qualificação: da degradação às competências*, em uma perspectiva global.

A seguir, no item 4, contextualiza *O caso brasileiro*, retomando, depois, uma reflexão mais ampla: *Buscando alternativas: os trabalhadores e suas organizações*, a quinta abordagem do tema.

Nas considerações finais, o autor apresenta duas questões: "Como ficará esta sociedade que vinculou grande parcela de sua sociabilidade ao trabalho e agora prescinde dele? Durante muito tempo, foi do trabalho que espraíram movimentos universalizantes de direitos para toda a sociedade. Será ela, agora, prescindindo daqueles atores, capaz de formular novos direitos inclusivos ou continuará acelerando o passo atual em direção a novas desigualdades e ao aumento da exclusão?"

O autor é professor na Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). É doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a tese *Esquerda e sindicato no Brasil: o PCB*. Sua produção científica inclui publicação de livros, capítulos e artigos. Destacam-se THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde; SANTANA, M. A, (org.). *Vozes do Porto: memória e história oral*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005; SANTANA, M. A. RAMALHO, José Ricardo (org.). *Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. Marco Aurélio Santana integra o GT24 da Anpocs, cujo tema é *Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*.

Os **Cadernos IHU Idéias** podem ser adquiridos na Livraria Cultural ou pelo endereço eletrônico [humanitas@unisin.br](mailto:humanitas@unisin.br)

No mês de junho, o texto estará disponível no novo sítio do IHU: [www.unisin.br/ihu](http://www.unisin.br/ihu)

## O novo sítio do IHU

Na segunda-feira, dia 18, foi ao ar o novo sítio do IHU: [www.unisin.br/ihu](http://www.unisin.br/ihu)

O antigo sítio entrou no ar em maio de 2003. De 21 de julho de 2003 a 18 de abril de 2005, ele teve mais de 53 mil acessos. Desde o mês de março deste ano, o número de acessos diários mais do que duplicou.

Mais *clean*, buscando ser mais ágil e facilitar a pesquisa, o novo sítio apresenta algumas novidades. A primeira: todas as publicações do IHU, estão disponíveis, integralmente. Basta clicar no item 'publicações' e escolher qual delas se quer acessar. No novo sítio, também pode ser consultada toda a programação do IHU. Já na primeira página, se tem uma visão do que acontecerá na semana. Clicando sobre o evento, uma página se abre onde se têm mais informações sobre o tema, o conferencista etc.

No novo sítio, aumentou o espaço concedido às "Notícias do dia", que são atualizadas diariamente, de segunda a sexta-feira e, quase sempre, aos sábados e domingos. As "Notícias do dia" pretendem dar uma visão dos assuntos do dia, a partir da missão do IHU, que pode ser vista, igualmente na página. Trata-se de uma leitura indicativa dos grandes jornais brasileiros e estrangeiros, sobre temas da atualidade. Elas também noticiam as novas publicações, tanto do IHU quanto outras. Muitas vezes, trazem notícias do movimento cultural brasileiro. Neste aspecto, o sítio pretende avançar mais. Qualquer sugestão é bem-vinda. As "Notícias do Dia" são um serviço para quem não tem tempo de ler jornais e revistas e, mesmo assim, quer estar atualizado e, quando um assunto lhe interessar, a pessoa pode ir à fonte citada na página do IHU. Atualmente, as "Notícias do dia" são reproduzidas, diariamente, por dois sítios e por um blog. É do que se tem notícia. Para receber uma síntese das "Notícias do dia" no momento mesmo em que entram no ar, as pessoas podem se cadastrar no sítio do IHU.



O novo sítio do IHU tem uma outra novidade: uma página específica do boletim **IHU On-Line**. Ele pode ser acessado no endereço [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)

O sítio ainda disponibiliza poucos serviços. Além do serviço de busca e do atendimento espiritual online, outros serviços começarão a ser implementados. Inicialmente, prevemos uma ampliação do serviço de atendimento espiritual online. Nesse sentido, foi feita uma parceria com o Carmelo de São Leopoldo, situado próximo da Unisinos. Será oferecida a possibilidade aos internautas que acessarem o sítio do IHU, de pedirem orações, que serão encaminhadas às irmãs contemplativas do Carmelo de São Leopoldo. Igualmente, a partir do mês de maio, o sítio oferecerá uma reflexão bíblica semanal com base nos textos litúrgicos dominicais.

Ao mesmo tempo, estamos ultimando uma parceria com um portal do Rio de Janeiro que oferecerá um serviço de Orientação Educacional online. Ele visa a atender uma demanda de professores e professoras de escolas de periferia que não têm acesso a este tipo de serviço. A parceria será feita pelo portal [www.amaivos.com.br](http://www.amaivos.com.br) e cujo conteúdo é fornecido e assessorado pela PUC-Rio. Este portal é parceiro, por sua vez, do UOL.

O novo sítio precisa ser implementado e tornar-se, cada vez mais, um importante instrumento do IHU a serviço da comunidade acadêmica dentro e fora da Unisinos, dos movimentos sociais, do movimento sindical, das pastorais sociais, instituições e ONGs, enfim, da sociedade civil organizada.

Aproveitamos a ocasião da inauguração do novo sítio, para agradecer a todos e todas que o acessam diariamente e que contribuem com suas críticas e incentivos. Muito obrigado! Continuamos contando com essa importante parceria.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## IHU REPÓRTER



### Rogério Ricardo Steffenon

*O coordenador do curso de graduação em Matemática da Unisinos, Rogério Steffenon, tem uma bela história de vida a contar. Ele conversou, na última semana, com a redação do **IHU On-Line** e se declarou uma pessoa exigente e, às vezes, até chato e intransigente. Mas explica: “Se eu cobro mais de uma pessoa, é porque sei que ela é capaz de produzir mais”. No entanto, Rogério, que é um torcedor colorado “moderadamente” fanático, também se considera uma pessoa muito bem-humorada e sempre disponível para dialogar com as pessoas. Ao falar de sua profissão, ele confessa: “Dar aula, para mim, é algo sagrado”. Conheça um pouco mais desse colega da comunidade acadêmica que tem seu perfil descrito a seguir:*

**Origens** – Nasci no município de Westfália, que na época pertencia à Estrela, onde meus pais vivem até hoje. Meus avós maternos moravam muito perto da nossa casa. Isso fez com que eu tivesse um convívio muito próximo com eles, que influenciaram bastante na minha formação como pessoa. Tenho um irmão 11 anos mais jovem, com quem pouco convivi, pois aos 20 anos já saí de casa para estudar. Meu pai era sapateiro e, minha mãe, dona-de-casa. Meu pai é de origem italiana, e minha mãe, de origem alemã. Quando entrei na escola, eu e meus colegas praticamente só falávamos a língua alemã. Quando eu tinha quatro anos, meu pai comprou

uma televisão, que era novidade naquela época. Eu passava bastante tempo assistindo a TV e acho que isso foi importante para que eu aprendesse português. Além disso, eu também ocupava o tempo jogando futebol com os amigos.

**Formação** – Em 1972, quando eu tinha seis anos, entrei na 1ª série, em uma escola comunitária da Vila Schmidt, em Westfália, onde estudei até a 4ª série. Cursei a 5ª e a 6ª série na mesma escola, porém por meio de um convênio com o Colégio Agrícola Teutônia, que depois passou a se chamar simplesmente de Colégio Teutônia. Terminei o Ensino Fundamental no próprio Colégio Teutônia, no município de Teutônia. No mesmo colégio, fiz o curso Técnico em Agropecuária. Apesar de não me interessar por agropecuária, fiz essa opção por praticidade, uma vez que o Colégio Teutônia era o mais próximo da minha casa. Sempre gostei e tive facilidade com Matemática na escola. Por essa razão, em 1986, ingressei no Bacharelado em Matemática Pura da UFRGS, concluindo-o em 1989. No mesmo ano, iniciei o mestrado em Matemática, também na UFRGS, que terminei em 1992. De 1996 a 2000, cursei o doutorado em Matemática na UFRGS.

**Profissão** – Meu primeiro emprego foi em um banco, durante um ano e meio, em Teutônia. No segundo semestre de 1991, comecei minha carreira de professor, dando aula de Matemática na Ulbra, onde fiquei até 1998. Nos anos de 1992 e 1993, também dei aulas na UFRGS. Em 1994, tive uma experiência como professor de ensino médio, no Colégio Maria Auxiliadora, em Canoas. No mesmo ano, comecei a trabalhar, como professor, na Unisinos. Já em 1995, com nove turmas da graduação, decidi fazer uma opção pela Unisinos. Desde 1998, integro a comissão de coordenação do curso de graduação em Matemática da Unisinos e, no ano passado, assumi a coordenação executiva.

**Coordenação da graduação** – A coordenação de um curso de graduação é algo que dá trabalho, mas que eu gosto muito de fazer. Em sala de aula, o relacionamento, muitas vezes, fica restrito a questões referentes ao conteúdo da disciplina. Quando um aluno procura o coordenador do curso, ele vem em busca de soluções mais burocráticas, relacionadas ao processo de uma disciplina, à orientação de matrícula, ou à escolha do tema do trabalho de conclusão, por exemplo. Porém, é fundamental continuar sendo professor, para não perder o contato com a realidade da sala de aula e com o aluno. Eu não me imagino apenas como coordenador. Dar aula, para mim, é sagrado e muito gratificante.

**Relacionamento com os alunos** – Às vezes, acho que os alunos são muito passivos. Vejo como um desafio, uma grande dificuldade, a questão de criar autonomia no aluno. Ele tem que saber procurar o conhecimento de forma independente. Podemos fazer uma comparação com uma brincadeira de Páscoa. A função do professor é semelhante a dos pais que escondem os ovos de chocolate para que as crianças procurem. O professor sabe onde eles estão, vai dando pistas, mas a idéia é a de que o aluno descubra onde eles estão. Infelizmente, o que acontece, muitas vezes, é que o estudante não tem vontade de brincar. Ele pede para que o professor lhe dê o ovo de uma vez e pare com a brincadeira. O nosso desafio é fazer com que o aluno aprenda que essa “procura pelo ovo de chocolate” é algo importante. Se ele encontrar o ovo, este será bem mais gostoso de degustar.

**Ensino da Matemática** – Considero o ensino da Matemática algo bastante complicado. Existe um estigma de que a Matemática é difícil, mas isso foi algo que se formou com o tempo. Na minha opinião, existem dois pontos básicos para a cidadania de uma pessoa: conhecer a língua

materna e matemática. Entretanto, existe uma diferença básica no pensamento sobre essas duas áreas. As pessoas têm vergonha de dizer que não sabem escrever e ler, mas parece que sentem até um certo orgulho em dizer que não sabem matemática. Parece ser chique dizer que não sabe ou que odeia matemática. Alguns acham o máximo dizer isso, quando deveriam sentir a mesma vergonha que está relacionada ao português.

**Família** – Sou casado desde 1991, há 13 anos, com a Carla, que trabalha no Banco do Brasil. Éramos vizinhos na infância, mas só começamos a namorar quando eu tinha 25 anos. Temos dois filhos: o Guilherme, de 10 anos, que está na 5ª série, e a Jaqueline, de 7 anos, que cursa a 2ª série. Ambos estudam na Escola Estadual de Ensino Fundamental Visconde de São Leopoldo. A experiência de ser pai é um tanto estranha e difícil de definir. É muito legal ser pai, mas, ao mesmo tempo, é um desafio muito grande. Os filhos exigem muito. Há momentos em que nos doamos demais a eles e outros momentos em que poderíamos lhes dar uma maior atenção. Essa dosagem é complexa. O convívio familiar é algo também complicado, porque são pessoas com personalidades diferentes, que moram no mesmo ambiente. Há uma série de coisas a serem administradas. Minha família é muito bacana, e gosto muito de estar com ela.

**Autor** – Elon Lages Lima, um excelente escritor de livros de matemática, tem grande influência na minha formação como professor; e Raymond Smullyan, que escreve livros sobre problemas lógicos, enigmas e charadas, também tem me influenciado ultimamente.

**Livros** – *Tio Petros e a Conjectura de Goldbach – um romance sobre os desafios da Matemática*, de Apostolos Doxiadis; e *Será que Deus joga dados? – A nova matemática do caos*, de Ian Stewart.

**Filme** – *Uma mente brilhante*, de Ron Howard, que retrata diversas coisas que aparecem no mundo da Matemática. Outro filme interessante é *O Pagamento*, de John Woo.

**Um presente** – Um livro.

**Nas horas livres** – Ficar com a família, tomar chimarrão com a esposa, brincar com os filhos, ouvir um jogo de futebol do meu Colorado ou assistir a ele, ver um filme, ouvir música, fazer um churrasco para a família.

**Um sonho** – Ver a melhoria do ensino de Matemática no País, o que me preocupa muito. A melhora deveria começar com relação ao salário pago aos professores do ensino básico. Vejo que muitos bons alunos que formamos no Curso de Matemática acabam trabalhando em outras coisas (bancos, por exemplo), por motivos salariais.

**Experiência marcante** – O nascimento dos meus dois filhos.

**Unisinos** – Uma instituição em constante transformação, onde não há espaço para a palavra acomodação. Ela está sempre inovando, modificando sua maneira de ser e de pensar. A Unisinos não espera ser atropelada pelo tempo. Percebo aqui uma preocupação muito grande em qualificar tanto as relações internas quanto externas. Um excelente lugar para se trabalhar.

**Instituto Humanitas Unisinos** – Tem o papel de provocar a interação entre as diferentes áreas de saber na Universidade. Ele proporciona o diálogo entre pessoas de áreas diferentes que

normalmente não teriam contato nenhum na Universidade. A diversidade é fundamental em uma universidade e ter um setor como o Humanitas que faz essa ligação, é de significativo valor.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## Errata:

Na nota de rodapé número 2, do **IHU On-Line** 137ª edição, de 18 de abril de 2005, foi grafado erroneamente que o entrevistado referia-se ao Papa Pio XI. O mesmo referia-se ao Papa Pio IX. Pedimos escusas aos leitores por este equívoco.

[\(Voltar ao índice\)](#)

### **EXPEDIENTE:**

*IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Diretor do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Diretora Adjunta: Profª Dr.ª Híliana Reis (híliana@icaro.unisinos.br). Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montaño (soniam@unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (posorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (grazielaw@unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Sua versão impressa circula na Unisinos terças-feiras pela manhã, a partir das 8h. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: [ihuonline@unisinos.br](mailto:ihuonline@unisinos.br). Fone: 51 591.1122 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Ramais: 1173 e 1195.*



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS